



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

TATIANE SILVA CERQUEIRA SANTOS

**ENTRE FUXICOS, CROCHÊS E BISCUIT: TECENDO O
EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS**

Salvador
2015

TATIANE SILVA CERQUEIRA SANTOS

**ENTRE FUXICOS, CROCHÊS E BISCUIT: TECENDO O
EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Estudos do Gênero e Diversidade.

Orientadora (1º semestre): Profa. Dra. Sônia Jay Wright.

Orientadora (2º semestre): Profa. Dra. Mariângela Nascimento.

Salvador
2015

C416 Santos, Tatiane Silva Cerqueira
Entre fuxicos, crochês e biscuit: Tecendo empoderamento das mulheres rurais.
Tatiane Silva Cerqueira Santos. – 2015.
108 f.: il.

Orientadora: (1º semestre): Profa. Dra. Sônia Jay Wright.
Orientadora (2º semestre): Profa. Dra. Mariângela Nascimento.

Monografia (graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

1. Mulheres na arte. 2. Mulheres e gênero. 3. Artesanato (Economia solidaria).
4. Mulheres – Coração de Maria (Ba). I. Wright, Sônia Jay. II. Nascimento, Mariângela. III. Título.

CDD: 398.0981

TATIANE SILVA CERQUEIRA SANTOS

**ENTRE FUXICOS, CROCHÊS E BISCUIT: TECENDO
EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Estudos do Gênero e Diversidade.

Aprovada em ____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora

Mariângela Nascimento - Orientadora _____

Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciência Política pela UFMG. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora e pesquisadora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

Lígia Margarida Gomes de Jesus _____

Possui Mestrado em Gestão Social Pela Universidade Federal da Bahia. Graduação em Psicologia pela Faculdade Castro Alves. Graduação em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Federal da Bahia e atualmente é diretora da Associação Renascer Mulher.

Marcia Santana Tavares _____

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Curso de Serviço Social da UFBA; professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA.

Dedico esse trabalho à minha mãe Ademide que, generosa, sempre me deu apoio antes mesmo de entender o propósito da minha caminhada. Ao meu pai Francisco, à minha irmã Taliane e irmão Gilfrancio, às minhas tias e tios, aos meus avós Maria e Alfredo, Miguel e Clarice (in memória) pessoas queridas que, por muitas vezes, fortaleceram o meu ânimo nessa caminhada. Muito obrigada por tudo! Amo muito Vocês.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela oportunidade de estar aqui e por ter me dado forças em cada momento difícil nessa trajetória.

À minha família querida, por ser meu porto seguro acreditando e incentivando a cada momento.

Ao meu irmão Gil por sempre me incentivar a dedicação aos estudos, graças ao seu incentivo, aproveitei todas as oportunidades.

À minha tia Ana Lúcia por sempre me ajudar e incentivar em todas as minhas escolhas.

Ao meu tio Bernardino pelo apoio nos momentos mais difíceis dessa caminhada. O senhor foi como um pai para mim.

À minha tia Ninha por ter me acolhido em sua casa. Minha prima Brena e primo Diogo por compartilharem seus cantinhos prediletos comigo.

Às famílias que passaram a ser minhas, depois das irmãs de coração: Daniela e Lorena, vocês foram as melhores irmãs nessa caminhada.

Aos professores e professoras do Colégio Estadual Maria José de Lima Silveira, em Retiro Coração de Maria, que desde ensino fundamental incentivavam-me a continuar estudando.

Aos colegas de turma, em especial Joselita Santana, Edna Pinho, Fabiana Amorim, Sandra Ferreira, Ana Luzia, Victória Aquino, Tiago Rebouças, Marta Santos e Ranilo que fizeram parte de todo o meu aprendizado e crescimento como profissional, pessoas especiais que farão sempre parte de minha vida.

Especialmente agradeço às professoras Alinne Bonetti, Iole Vanin, Silvia de Aquino Carol Barreto e Analice Costa (in memória), minhas orientadoras nos projetos de iniciação científica, aprendi muito com cada uma de vocês.

Às minhas orientadoras de monografia I e II pela contribuição sensível e generosa. Sônia Jay muito obrigada por acreditar em mim. Professora Mariângela muito obrigada, pela leveza em transmitir seus conhecimentos para construção deste trabalho.

Às minhas professoras e os professores que, juntas (os) desempenharam os seus papéis além das disciplinas, mostrando dedicação e comprometimento com as demandas sociais.

Às minhas amigas da Associação das Produtoras Artesanais de Retiro, que gentilmente cederam as entrevistas para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários/as sindicato rural de Retiro especialmente Luciana, que gentilmente cedeu-me entrevistas para o desenvolvimento deste trabalho

A secretária de Ação Social de Coração de Maria, Edlene Paim, Renata do Conselho da Mulher, a psicóloga, Mane Mascarenhas e a assistente social, Luzinete do CRAS muito grata pelas informações para o enriquecimento desta monografia.

Ao secretário da Agricultura Familiar de Coração de Maria e a Coordenadora de gênero, José Maurilio e Luciene Crispim muito obrigada pela atenção e informações cedidas.

À querida amiga Bernadete Mendes muito obrigada pela gentileza e atenção, as histórias contadas sobre Retiro contribuíram para enriquecimento deste trabalho.

Aos colegas do GEDEM - Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher muito grata a todos e todas pelo aprendizado.

Aos colegas da ACCS - Mapeamento Biorregional do Laboratório de Ecologia Marítima do Instituto de Biologia da UFBA, especialmente ao professor Miguel, Jussara e Paulo muito grata pelas experiências e conhecimentos nas Comunidades da Baixinha – Taperoá e na Ilha de Matarandiba.

Aos colegas e amigos (as) que contribuíram de alguma forma para realização deste trabalho Agenor Costa, Alice Hora, Edilmar Alcantara, Paulo Nunes, Rosa (Nzinga) e Tiago Lima.

À querida “Naná” da biblioteca Isaias Alves/UFBA, muito obrigada pelos incentivos.

Aos funcionários queridas/os amigas/os do Neim - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, muito obrigada por toda atenção e gentileza, em especial Cleiton, Aline e Elisângela.

Aos meus amigos (as) de longas datas que já torciam por mim e a todos (as) que em alguns momentos me ajudaram nessa trajetória de forma direta ou indireta

Mas é preciso ter manha,
É preciso ter graça,
É preciso ter sonho sempre!
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

Milton Nascimento, 1978.

SANTOS, Tatiane Silva Cerqueira. Entre fuxicos, crochês e biscuit: tecendo empoderamento das Mulheres rurais. 108f. il. 2015. Monografia (Graduação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RESUMO

Esse trabalho monográfico nasce da necessidade de analisar, na perspectiva de gênero, o grupo de mulheres do Centro de Cultura das Mulheres Retirenses (CCMR), da zona rural do município de Coração de Maria, Bahia. Essas mulheres, trabalhadoras autônomas, são produtoras de artesanatos e culinária, através dessa iniciativa de geração de renda buscam melhor qualidade de vida e seus direitos de cidadania. O Centro de Cultura foi criado em 2012, com o objetivo de estimular o associativismo e o trabalho solidário e cooperado. Hoje o Centro funciona em um espaço alugado pelas mulheres que são as responsáveis pela manutenção. O Centro é aberto aos domingos para comercialização dos produtos, onde também é oferecido curso de pintura, costura, crochê entre outros. Assim, a pesquisa visa analisar a história e os desafios presentes no CCMR no período de 2012 a 2014, quando foi formada a associação das Produtoras Artesanais de Retiro; do mesmo modo a pesquisa se propôs a conhecer e analisar as transformações e impactos que essa organização produtiva (baseada na economia solidária) tem provocado na vida das mulheres e da comunidade.

Palavras-chave: relações de gênero, mulher, empoderamento, associativismo e economia solidária.

SANTOS, Tatiane Silva Cerqueira. Among yoyos, crochet and biscuit: weaving empowerment of rural women. 108f. il. 2015. Monograph (Undergraduate) - Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2015.

ABSTRAT

This monograph is born from the need to analyze, from a gender perspective, the group of women from the Centro de Cultura das Mulheres Retirenses (CCMR), the rural municipality of Coração de Maria, Bahia. These women, self-employed workers, are producing handicrafts and cuisine, through this initiative to generate income seek better quality of life and their rights of citizenship. The CCMR de Cultura was created in 2012 with the goal of stimulating the formation of associations and solidarity work and cooperated. Today the Centro operates in a leased space by women who are responsible for maintenance. The CCMR is open on Sundays for marketing of products, which is also offered course of painting, sewing, crochet and more. Thus, the research aims to examine the history and challenges in the CCMR in 2012 to 2014, when it was formed the Associação das Produtoras Artesanais do Retiro; likewise the research aimed to know and analyze the changes and impacts that productive organization (based on solidarity economy) has resulted in women's lives and the community.

Keywords: gender relations, women, empowerment, associations and solidarity economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAR - Associação das Produtoras Artesanais de Retiro

ACCS- Ação Curricular em comunidade e em Sociedade

ASTARIR – Associação de Transporte Alternativo Rural Intermunicipal do Retiro

BEGD - Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades

BB - Banco do Brasil

CAB - Centro Administrativo da Bahia

CCMR - Centro Cultural de Mulheres Retirenses

CESOL - Centro Público de Economia Solidária

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CNA- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

ES - Economia Solidária

FETAG - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadora na Agricultura do Estado da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto Pesquisa

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

Marsol - Programa Maricultura Familiar Solidária

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MST - Movimento dos Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAISM - Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher

PBF - Programa bolsa família

PNAI - Plano de Ação para Inclusão

PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres

PPM - Plano de Políticas para Mulheres

PPIGRE - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF - Posto da Saúde da Família

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPROMI - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

UEFES - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERFIL DAS MULHERES INTEGRANTES DO CCMR	36
---	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAPÍTULO I – RETIRO – CORAÇÃO DE MARIA: BREVE HISTÓRICO	20
2.1 Contextualizando a região: território de identidade portal do sertão.....	20
2.2 CORAÇÃO DE MARIA: UM BREVE RELATO HISTÓRICO E CULTURAL...	22
2.3 A COMUNIDADE DE RETIRO.....	25
2.4 Retiro e a situação de êxodo.....	30
3 CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS: UMA RELAÇÃO DE ALTERIDADE	32
3.1 POR QUE A ESCOLHA DO UNIVERSO DE PESQUISA.....	32
3.2 QUEM SÃO ELAS?	36
3.3 COMO SURTIU O CENTRO DE CULTURA RETIRENSE.....	44
3.4 Mulheres retirenses: sujeitos econômicos, chefes de família	46
3.5 RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR	48
3.6 O acesso as políticas públicas e programas de gênero no meio rural	52
4 CAPÍTULO III – ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS ARTESANAIS DO RETIRO (APAR): ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO	60
4.1 A incorporação da economia solidário no CCMR e a prática de associativismo das mulheres	60
4.2 A perspectiva de gênero em empreendimentos solidários: os desafios encontrados na formação de uma associação	65
4.3 ENTRE AGULHAS E NÓ: O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A	89
APÊNDICE B	91
ANEXO A	93
ANEXO B	106

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico surgiu da necessidade de compreender e analisar a iniciativa produtiva de um grupo de mulheres que criou o Centro de Cultura de Mulheres Retirenses (CCMR) do Município de Coração de Maria, minha cidade natal. O objetivo é fazer uma abordagem sob a perspectiva de gênero, classe social, raça/etnia e geração, pois concordo com Safiotti (1994) ao informar que “o sujeito constituído em gênero é também nas categorias de análises históricas”. Essa inquietude apareceu durante a minha trajetória na graduação do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades (BGED) e em minhas inúmeras idas e vindas à cidade. No início do curso foi muito complexo entender que o termo gênero é mais do que apenas uma palavra, é um conceito ideológico de construção cultural, social e de poder que divide os papéis entre homens e mulheres produzindo desigualdades e hierarquias (MACEDO; SARDENBERG, 2008). Assim, passei a refletir sobre as mulheres do local em que nasci e sobre as atividades desenvolvidas por elas diariamente. E, fazendo uma análise sob o olhar de gênero, percebi o não acesso a políticas públicas e a falta de perspectiva de desenvolvimento local.

Na academia questionava-me sobre o porquê das desigualdades de gênero na localidade de Retiro – Coração de Maria, uma vez que, percebia a partir da rotina das mulheres da minha família que todas “davam conta” de duplas/triplas jornadas de trabalho, seja na roça, cuidando da casa e dos filhos ou ainda exercendo suas profissões (enfermeira, agentes de saúde, professoras) conciliando com outras atividades como, por exemplo: artesanato, costura e bordado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014) dos 22.401 habitantes, 11.560 são mulheres entre os três distritos: Coração de Maria, Itacava e Retiro. Dados da mesmo informam que 89% das famílias sem cônjuge com o filho é a mulher, o que comprova que a maioria das mulheres são chefes de família. Entretanto, na região os homens continuam sendo reconhecidos por elas como o representante principal da casa, ou seja, chefe de família.

Esse dado, de acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2008-2011) está relacionado com o lugar representativo do homem como o provedor exclusivo, sendo que em quinze anos, de 1993-2007, o número de famílias chefiadas “por mulheres aumentou de 22,3%, em 1993 para 33% em 2007” (IPEA,

2008, p.17). Os dados da pesquisa apresentados de (2011) continuam apontando que a chefia de mulheres nos domicílios segue aumentando, passando de 22,9% em 1995 para 35,2% no ano de 2009, o que significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres (IPEA, 2011, p. 19).

Para compreender melhor esse aumento de famílias chefiadas por mulheres e especialmente de mulheres rurais que “aumentou 5% com a proporção de famílias no meio rural chefiadas por mulheres em 2009 de 19,9% inferior à proporção de mulheres chefes de famílias que viviam na cidade no ano de 1995” (ibid., p. 19), ou seja, devido a essa proporção de Mulheres chefes de famílias, é necessário perceber em que tipos de arranjos familiares elas estão, pois:

Em 1995, 68,8% dessas mulheres estavam em famílias monoparentais (mulher com filhos/as) e apenas 2,8% em famílias formadas por casais, seja com ou sem filhos/as. Já em 2009, 26,1% das mulheres chefes participavam de famílias formadas por casais, e 49,4%, de famílias monoparentais. (IPEA, p.19, 2011)

Os dados apresentados revelam também sobre o processo de (des) empoderamento das mulheres, pelo fator de um relevante indicador de desigualdade de gênero. O que nos leva a refletir sobre as novas formas de famílias existentes na contemporaneidade, baseada no âmbito cultural mais igualitário entre homens e mulheres na relação familiar. Realidade que possa estar associada ao um processo de empoderamento das mulheres, a partir da organização produtiva de mulheres, como por exemplo, a iniciativa do CCMR.

Assim, relaciono o processo de empoderamento à luta de muitas mulheres, mulheres negras, trabalhadoras rurais e nordestinas, com o exemplo da líder sindical Margarida Alves, que foi assassinada em 1983, lutando para “promover a consciência cidadã, o acesso ao conhecimento e direitos e o fortalecimento da agricultura familiar, além da atribuição para o empoderamento feminino na luta por melhores condições de vida no campo” (BRASIL, 2006, p.16).

Este trabalho visa analisar a história e os desafios presentes no CCMR no período de 2012 a 2014, na construção de uma Associação das Produtoras Artesanais de Retiro (APAR), bem como mostrar as transformações e impactos do associativismo na organização produtiva de forma coletiva e solidária, verificando as mudanças de posicionamento em relação às decisões que afetam as vidas das mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada. Desse modo, o

desenvolvimento desta pesquisa será tecido em torno dessa organização, destacando associativismo por meio da economia solidária.

Entendo que essa forma de organização das mulheres tem provocado mudanças na vida das mesmas e também da comunidade. Assim, a iniciativa da organização das mulheres rurais retirenses será analisada seguindo uma abordagem de gênero e suas categorias de análise, como, classe, raça/etnia e geração, pois conforme Cintrão e Siliprandi (2011), as mulheres são a maioria na realização desses empreendimentos, principalmente as mulheres negras e em situação de pobreza.

A escolha do tema contribuirá para ampliar as novas dimensões da condição da mulher rural na Bahia e Nordeste, especificamente as mulheres rurais de Retiro Coração de Maria. A intenção é dar visibilidade, através deste estudo, à especificidade e diversidade dessa iniciativa que se tornou fonte da transformação das mulheres retirenses em cidadãs de direitos em busca de aprendizado e conhecimento. Neste estudo saliento sobre as dificuldades de acesso a políticas públicas no meio rural e os obstáculos para o desenvolvimento de trabalho associativo baseado na economia solidária, o que revela o tamanho da luta que elas travaram e continuam travando.

Para melhor compreender como acontece o processo de empoderamento das mulheres retirenses nas relações hierárquicas de gênero, classe, raça/etnia e geração, utilizo-me do método da pesquisa qualitativa, através dos relatos e trajetórias das mulheres na organização, pois assim como Minayo (2012), compreendo que nas Ciências Sociais a pesquisa qualitativa responde questões particulares, mostrando uma realidade que não pode ser ou não deveria ser quantificado. Assim, essa relação de fenômenos humanos, como colocado pela autora, aspirações, motivos, crenças, valores e atitudes são:

Entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue, não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2012, p.21).

Destarte, pretendo discorrer sobre o tema utilizando-me de técnicas da entrevista semiestruturada, porque a mesma possibilita à pesquisadora fazer perguntas abertas e fechadas, com a técnica do uso do gravador. Aqui a entrevista é

compreendida como uma conversa a dois ou mais interlocutores, realizada pela pesquisadora. E a observação participante que possibilita o/a pesquisador/a relativizar o espaço social pesquisado, além de fazer o exercício de alteridade. Segundo Minayo (2012) essa técnica qualitativa é definida como um meio pelo o qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com o objetivo de realizar uma investigação científica (Ibid., p.70). Neste contexto, o observador tem uma interação com os/as interlocutores/as no ambiente da pesquisa, interagindo na vida social e no espaço cultural, com o objetivo de colher dados para melhor compreensão da mesma, no caso, o pesquisador faz parte do contexto modificando e sendo modificado pessoalmente.

Assim, apesar do meu grau de familiaridade com o grupo pesquisado por ser da minha cidade natal, o objetivo é mostrar, de acordo com Velho (1987),

Não a feliz coincidência ou a mágica do encontro entre pesquisador e objeto com que tenha afinidade, mas sim o caráter de interpretação e a dimensão de subjetividade envolvidos neste tipo de trabalho. A 'realidade' (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (VELHO, 1987, p.42-43).

Neste sentido, debruicei-me no trabalho de campo exploratório, no estudo de caso do CCMR, com observações dos procedimentos de organização e execução dos trabalhos. O conceito de "caso" de acordo com Gil (2002) expandiu-se, sendo compreendido como "uma família, ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura". (Ibid., p.138). Como o estudo de caso utiliza mais de uma técnica de pesquisa como propõe o mesmo autor e, por ser mais complexo, obtive mediante procedimentos para garantir a qualidade dos resultados, como conversas fora do contexto pesquisado com a Secretaria de Ação social, o Secretário de Agricultura e com algumas pessoas da comunidade.

Com a metodologia qualitativa em relação ao estudo de caso, Martins (2004) enfatiza que há uma preocupação relacionada à generalização do resultado da pesquisa com a subjetividade, ou seja, com a relação entre "sujeito e objeto

(empírico), conhecimento, pesquisador e pesquisado” (Ibid., p.294). E por isso, que foi importante utilizar a técnica de observação participante, pois a todo momento fiquei atenta ao momento de partícipe e observadora para garantir a ética da pesquisa, assim como propõe a mesma autora em relação a metodologia qualitativa:

Neste caso temos que estar constantemente alertas, especialmente quando usamos metodologia qualitativa, para que, em vez de cientistas, não nos transformemos em militantes de uma causa ou de um movimento, que olham e procuram entender a realidade não como ela é, mas como gostaríamos que ela fosse. (MARTINS, 2004, p.296).

Nesse sentido, a minha intenção com os sujeitos de pesquisa foi de compreender os conhecimentos da organização de mulheres retirense e não de submetê-las à ideologia formada por um projeto “político que é nosso”, como enfatiza Martins (2004), o meu papel como cientista investigadora foi de transmitir conhecimento ao grupo de mulheres para que elas possam se consolidar como sujeitas autônomas, sendo aptas a elaborar seus próprios projetos políticos.

O trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro capítulo apresento o cenário da pesquisa, seu histórico marcado pelo processo de colonização, contextualizando o território de identidade. No segundo, justifico a motivação do meu trabalho de pesquisa, o perfil das mulheres entrevistadas, a construção do CCMR, as relações de gênero na agricultura familiar e a dificuldade de acesso no meio rural a programas e políticas públicas de gênero.

No último capítulo analiso a incorporação da economia solidária no CCMR e a prática do associativismo entre mulheres no meio rural em Retiro Coração de Maria, e os obstáculos encontrados para a formalização da Associação das Produtoras Artesanais de Retiro, seguindo os caminhos que leva ao processo de empoderamento.

Para estruturar as análises apresentadas procurei organizar o trabalho em três principais pontos: 1) organização produtiva de mulheres rurais, 2) associativismo e economia solidária 3) processo de empoderamento das mulheres, fazendo uma correlação entre as abordagens teóricas e as referências obtidas por meio das informações coletadas em campo.

Compreendo que no contexto pesquisado as condições desiguais de vida das mulheres rurais estão relacionadas à falta de acesso às políticas públicas de gênero,

o que aprofunda as desigualdades de gênero no meio rural, por isso, utilizo-me dos artigos das autoras Heredia e Cintrão (2006), Cintrão e Siliprandi (2011) para mostrar as políticas específicas às mulheres e outras que são destinadas ao conjunto dos trabalhadores rurais, afetando direta ou indiretamente as trabalhadoras, levando ao extremo as desigualdades específicas de gênero.

No segundo ponto, abordaremos sobre associativismo e economia solidária a partir das/os autoras/os Singer (2002), Guérin (2005) e Vilaboas (2011) que tratam das transformações nos últimos anos, sobretudo, aquelas engendradas pela mundialização do capital, que tem modificado substancialmente o mundo do trabalho e da classe trabalhadora, pois segundo as pesquisas de Guerin e Vilaboas: as mulheres são maioria no interior de empreendimentos solidários, o que pode ser compreendido como um dos caminhos possíveis para relações mais igualitárias. Por fim, a partir da iniciativa de se organizarem coletivamente, criando empreendimentos que levam à conquista da autonomia financeira e reconhecimento de direitos, iniciativa reconhecida para algumas autoras, COSTA (2000), Sardenberg (2006), Wright (2003), como o processo do empoderamento.

Outros estudos e conceitos foram incorporados à pesquisa a partir da necessidade de aprofundamento das questões, como divisão sexual do trabalho, identidade, agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Nesse sentido, não almejo com este trabalho intervir no modo de vida das mulheres, mas pretendo visibilizar os trabalhos artesanais desenvolvidos e comercializados pelas mesmas, ou seja, abrir caminhos para criar estratégias para o empoderamento das mulheres rurais e contribuir para formação de sujeitos sociais, políticos e partícipes da comunidade como cidadãos de direitos.

1 CAPÍTULO I – RETIRO - CORAÇÃO DE MARIA: BREVE HISTÓRICO.

Neste capítulo faço um intercurso histórico e social da região onde está localizado o município de Feira de Santana, principal cidade que abastece vários municípios vizinhos; nesse intercurso destaco o município de Coração de Maria e o Arraial do Retiro, distrito rural de Coração de Maria, lugar que concentra a minha pesquisa.

1.1 Contextualizando a região: Território de Identidade Portal do Sertão

No Brasil é possível notar um grande aumento dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no período de 1970, anterior à Constituição de 1988 até os dias atuais. De acordo com Hereida e Cintrão (2006), as primeiras organizações específicas de mulheres rurais surgiram no início dos anos 1980, incentivadas, principalmente, pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos, e ganharam força no sul (especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina) e no Nordeste (especialmente em Pernambuco e Paraíba) do país. Desse modo, os movimentos se expressaram e ganharam visibilidade através de encontros, congressos, marchas, passeatas, entre outros, (HEREIDA; CINTRÃO, 2006) não só nessas duas regiões mas em vários territórios brasileiros.

O cenário da presente pesquisa está localizado em um dos municípios do Portal do Sertão, território de identidade composto por dezessete municípios¹: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Neste capítulo será dada evidência à duas cidades: 1) Feira de Santana, pela relevância de ser a grande abastecedora do comércio dos municípios citados, geradora e concentradora de riquezas da economia agrícola e

¹ Informações extraídas do site: <<http://www.camarafeiradesantana.ba.gov.br/historia/historia-cidade/historia-de-feira-de-santana>>. Acesso em: 21 out. 2014.

do importante complexo industrial que emprega a população do município e circunvizinhas; 2) Coração de Maria, município que faz parte do entorno de Feira de Santana, é uma das beneficiadas pelo complexo industrial, e onde está localizada a comunidade rural de Retiro, foco da minha pesquisa.

Início este capítulo situando a região, reconhecida pelo governo da Bahia como espaço de diversas manifestações culturais e intensos conflitos que fizeram parte da história política e cultural do país. Essa identificação coloca em evidência as relações de poder conservador do passado e como elas continuam tão presente nas relações sociais e na cultura local do século XXI, dificultando a inserção de políticas sociais e culturais progressistas e democráticas que apontam mudanças estruturais. Por outro lado, e diferente dessa realidade conservadora, contrapondo-se aos mandos e desmandos do poder local, surgem formas de reações e resistências. Os resultados dessas movimentações de resistência são as novas organizações produtivas de mulheres, a criação de sindicatos, de cooperativas, de associações, e a organização de diferentes grupos e movimentos sociais que vêm fazendo reivindicações por mais acesso aos recursos públicos no meio rural. (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2006).

Feira de Santana, a Princesa do Sertão, como foi nomeada por Ruy Barbosa em 1919, por estar em área privilegiada para o comércio, está localizada a 108 quilômetros da capital Salvador, situada na zona de transição entre o agreste e o sertão baiano, caracterizada, culturalmente e historicamente, pelas influências sertanejas e religiosas, principalmente católica, devido ao processo de colonização por portugueses, que fundaram a cidade construindo uma capela em homenagem a Nossa Senhora Santana.

A população de Feira de Santana é de aproximadamente 556.642 habitantes² (IBGE, 2013). É o centro do comércio dos municípios vizinhos devido à sua posição geográfica, no maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste do país. Por ter um tráfego de fácil acesso para a expansão dos negócios, a cidade é a segunda maior da Bahia. Feira é um importante polo comercial e de atividades econômicas voltadas para comércio e indústria, além da agricultura e agropecuária, gerando

² Informações extraídas do site: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?Lang=&codmun=291080&search=bahia.feira-de-santana|infografico-historico>>. Acesso em: 21 out. 2014.

emprego e renda para a população das cidades vizinhas, principalmente Coração de Maria, onde a maior parte da população trabalha e estuda.

Mesmo com as riquezas do comércio, a região, como toda a área nordestina, sofre com a pobreza que atinge as classes não privilegiadas como: negros, migrantes e mulheres, e principalmente as mulheres rurais do município de Coração de Maria, que têm suas vidas socialmente marcadas pelas dificuldades encontradas para terem acesso às políticas públicas destinadas ao meio rural. No próximo subcapítulo vamos apresentar um breve histórico do município de Coração de Maria, identificando suas possibilidades e limites sociais e culturais.

1.2 - CORAÇÃO DE MARIA: UM BREVE RELATO HISTÓRICO E CULTURAL

A história do município de Coração de Maria e do distrito de Retiro está relacionada diretamente com a forte influência de religiosos e fazendeiros no processo de fundação da localidade e colonização. Este município³ do estado da Bahia, pertencente à Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana, fica localizado a 105 km de distância da capital, Salvador. Em 1848, com a chegada do jesuíta Frei Paulo de Carnicalle, que incentivou a construção da igreja Matriz, em substituição à capela já existente, a qual foi nomeada em 1853 como Distrito de Paz, com o nome de Santíssimo Sagrado Coração de Maria.

Conforme pesquisa no IBGE de 2013, o município de Coração de Maria tem a sua origem geográfica e cultural a partir da existência de um povoado na fazenda que pertencia a Bento Simões⁴, no século XVIII, antes era conhecido por “Lajes”, devido à grande quantidade de água potável na região. O município de Coração de Maria foi nomeado no dia 10 de março de 1891, assinado pelo Governador baiano José Gonçalves da Silva, sua nomeação foi resultado da influência política do Senador estadual José Félix de Carvalho, Coronel da Guarda Nacional, que se tornou seu primeiro chefe e dirigente político, até 1906, data em que foi inaugurada a chamada “Era dos D’alto”. Este nome foi dado em referência ao Coronel D’alto, devido ao significativo controle exercido por ele na região.

³ Informações sobre o município de Coração de Maria foram extraídas do site: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=90890&search=bahia%7coracao-de-maria%7Cingr%C3>>. Acesso em: 15 set. 2014.

⁴ Proprietário de fazendas no século XVIII.

Coração de Maria compreendia uma extensão territorial maior, porém com os limites estabelecidos no momento inicial, o município foi formado por terras do Imaculado Coração de Maria e terras do distrito de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos; sendo separadas do Município de Santo Amaro da Purificação e do distrito de São Simão, por sua vez, essas terras foram segmentadas do Município de Nossa Senhora da Purificação dos Campos do Iará, o que demonstrava a força política que o Coronel José Félix de Carvalho obtinha no então Senado Estadual. Mas a força e influência política do Coronel José Félix apresentou sinais de desgaste no final do século XIX e começo do século seguinte.

Em 15 de julho de 1997, o município de Coração de Maria foi dividido em distritos: distrito de Itacava e a sede Coração de Maria. De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desse município é de 0,640. O município é constituído de três Distritos e 41 principais povoados: o Distrito Sede, Distrito de Itacava, do Retiro e o povoado do Sítio. Além dos sobreditos existem os seguintes povoados: Mucambo, Mucambinho, Pedras, Pedra Nova, Pedra Velha, Pedra Verde, Canudos, Bujuu, Tapera, Mata da Ladeira, Mata Costa, Mata Tamanco, Matambina, Brilhante, Mangueira, Godório, Flores, Santa Tereza, Santa Rosa, Chamorro, Cabeça do Nego, Cantagalo, Canabrava, Canoas, Terra Preta, Bom Viver, Nova-Vida, Riachão, Purrão, Sapé, Mucuri, Paciência, Camboatá, Jenipapo, Mato Limpo, Morais, Zabelê, Mendes, Neto, Mangalô, entre outros.

A mobilidade urbana de um povoado para outro, como no caso do Retiro, é feita através de transportes da associação ASTARIR, a única empresa existente para a mobilidade da comunidade e utilização dos serviços das cidades que abastecem Coração de Maria e Feira de Santana. Há transporte a cada três horas durante a semana e aos domingos apenas pela manhã, e pela tarde um ônibus para toda a população. Em Coração de Maria o transporte intermunicipal conta com os serviços de duas empresas que ligam o município a Salvador, e outra empresa para Feira de Santana e Pedrão, a cidade conta também com os transportes alternativos.

A cidade de Coração de Maria fica a 105 km de Salvador, e segundo os dados do IBGE de 2013, os três distritos têm uma população de aproximadamente 23.314 habitantes, que vivem da agricultura e pecuária. O município já foi um dos maiores produtores de abacaxi, sendo durante muito tempo a principal fonte de renda da população, que era exportada para outros estados do Brasil como: São Paulo, Minas

Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. A grande produção do abacaxi entrou em crise e produtos diferentes foram cultivados como: mandioca, fumo, amendoim, milho, banana, coco e laranja. A pecuária da região é a criação de caprino, ovinos e bovinos. Hoje a economia está bastante diversificada, além da agricultura e pecuária existem outros empreendimentos feitos pela empresa Avipal (Perdigão) com a criação de aves e frangos.

O município possui várias casas comerciais e fábricas, no entanto, o principal empregador é a Prefeitura. A população de Coração de Maria em sua grande maioria é concentrada na área rural, mesmo com as atividades empregatícias na sede. Todavia, conforme informações do IBGE (2013), a população urbana aumentou consideravelmente no processo de urbanização, devido ao aumento de casas comerciais e os empregos informais. Mesmo com a expansão do comércio, a grande empregabilidade continua ainda sendo da Prefeitura Municipal.

Um dado social relevante é o baixo nível de escolarização, de acordo com o IBGE (2013), a taxa de alfabetização é de apenas 0,705%, com uma frequência escolar de 0,839. Esses dados refletem a posição do município no ranking da Bahia, que é de 135, e no nacional de 3.935. Essa condição fortalece uma desigualdade social, que tem um reflexo na questão de gênero com elevado índice de violência doméstica.

Seguindo as mesmas condições das populações de outras comunidades rurais brasileiras, a de Coração de Maria também se caracteriza por um modelo de sociedade patriarcal e machista. A cultura patriarcal e machista tem sido a responsável pelo alto índice de violência familiar e doméstica contra a mulher que, segundo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, vem aumentando consideravelmente. Esse fato tem originado preocupações em relação à integridade física e psicológica das mulheres, pois, muitas possuem dificuldade em romper com o ciclo da violência. E vários são os fatores para a permanência da mulher nesse ciclo como: dependência financeira, psicológica/emocional, idealização da família, entre outros. Por isso, a relevância de políticas públicas de gênero para que a mulher possa ter autonomia e assim tentar quebrar esse sistema circular de todas as formas de violência.

É relevante ressaltar que a luta das mulheres em Coração de Maria tornou-se visível logo após a realização da Conferência Municipal de Políticas para Mulheres,

em 2011, com a formação do Conselho Municipal de Gênero⁵. Esse evento possibilitou novas perspectivas às mulheres retirenses, durante esse evento foi proposto um curso de capacitação de Gênero e Diversidade para professora/e(s) com a parceria da Universidade Federal da Bahia e reuniões itinerantes sobre gênero nas comunidades, incentivando a formação de grupos de mulheres produtoras.

As mulheres de Retiro, em situação de violência doméstica e familiar encontram o apoio no CRAS, devido a esse órgão oferecer um acompanhamento psicológico e social. As queixas, quando realizadas, são feitas na delegacia comum; local em que as vítimas passam por outro processo de violência institucional e constrangimentos de todo tipo, pois não é raro serem julgadas pelos valores e convenções de gênero atribuídas pelas pessoas que são responsáveis pelo atendimento.

Diante desse contexto, é importante salientar que as mulheres retirenses, apesar do pouco acesso às informações e programas do governo, têm procurado caminhos alternativos em busca de autonomia e auxílio mútuo, isso tem estimulando essas mulheres a tomarem iniciativas na realização de atividades geradoras de renda. Através dessas iniciativas é possível a criação das condições objetivas e subjetivas para terem qualidade de vida e sem violações de direitos. Pois, como afirma Jussara Prá (2010), a violência contra a mulher trata-se de uma questão “pública e deve ser entendida como objeto de relações de poder ou violação dos direitos humanos” (PRÁ, 2010, p. 92).

1.3 - A COMUNIDADE DE RETIRO

O Nome do Arraial de Retiro foi uma forma de homenagear o Padre Jesuíta Caetano José de Aragão, que veio para o Brasil- Colônia fugindo da perseguição do Marquês de Pombal. O religioso português que se desentendeu com três amigos sacerdotes em Conceição de Bento Simões e refugiou-se em “retiro” espiritual – na fazenda dos Soares, família que possuía muitas posses de terra, onde foi construída

⁵ As informações sobre as políticas de gênero e o CRAS em Coração de Maria foram adquiridas através de uma entrevista com Secretária de Ação Social Edlene Paim em agosto de 2013.

em 1830 uma capela em ruínas (MENDES, 2000).

Logo após a construção da “Capelinha”, como era conhecida, o padre foi até a capital (Salvador) comprar uma imagem de uma santa para ser a Padroeira. Chegando na avenida Carlos Gomes, na casa comercial do Santeiro, o português escolheu a imagem de Nossa Senhora das Dores, porém a mesma não poderia ser vendida porque foi deixada por dois sacerdotes portugueses, em troca de dinheiro para voltar à Europa e quando retornassem a pegariam de volta. Então foi assinado um compromisso para que o padre devolvesse a Santa, assim que os sacerdotes retornassem. Os donos legítimos não retornaram mais ao país e, dessa forma, a imagem não foi devolvida aos seus verdadeiros donos, contudo, ela retornou para o proprietário da Casa comercial, o Sr. José da Anunciação. Quando foi reformada a igreja em 1936, a cópia dessa imagem foi entregue pelo religioso à Capelinha.

De acordo com Mendes (2000), a fundação de Retiro aconteceu em 1912, quando Agnello Mendes da Silva e sua esposa Elisa Simões da Silva se instalaram na condição de comerciantes. E, adquirindo um grande terreno da família dos Soares, foram aconselhados a tomar rumo da Capelinha, marcando o quadrado do distrito. Dessa forma, as terras adquiridas foram demarcadas em lotes, destinados à construção de casas em volta da igreja, formando o distrito. Assim foram construídas casas de moradia, comércio e também as chamadas casas de rancho, edificadas por muitos que pretendiam utilizá-las para fins de comemorações festivas, como: a Semana Santa, Novenas de Santo Antônio, Mês de Maria, Dia da Padroeira e os festejos do final de ano.

Essas festas eram apresentadas com muita suntuosidade, como, por exemplo: dança folclórica do interior da Bahia, das festas do terreiro de candomblé do Velho Panta⁶ e de seu filho Antônio, em sua propriedade rural. Com relação à religião do candomblé, ainda hoje existe uma resistência muito grande da comunidade em aceitar, visto que o catolicismo predomina na localidade de Retiro. Durante a pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho, foi percebido nas entrevistas que as mulheres da comunidade têm dificuldade de explanar acerca da religião de matriz africana, mostrando-se, muitas vezes, envergonhadas em tocar no assunto, deixando subentendida a relação do povo local com o Candomblé e seus significados.

⁶ Segundo Bernadete Mendes, a filha do fundador de Retiro, o Velho Panta era um Pai de Santo muito respeitado que andava em um cavalo branco e se vestia com um terno todo branco.

É possível afirmar que, pelo contexto histórico estudado da formação Retirensis, constituída de base colonial, entrelaçada com o modelo dominante patriarcal e racista, justifica a leitura do livro, “Histórico de Retiro Recordações” escrito por Luiz Carlos Simões Mendes⁷. Nesses escritos, o/a (s) trabalhadora/e (s) negra/o (s) que contribuíram para construção do arraial e das fazendas existentes estão ausentes, bem como a manutenção dos mesmos. As pessoas que exerciam atividades laborais nas casas grandes e as atividades de cuidados da agricultura, dos filho/a(s) dos fazendeiros, ou seja, de todo o trabalho doméstico, foram suprimidas da história local. Essa situação nos mostra que na época do Brasil Colônia, os indivíduos que foram escravizados e cuidavam das casas dos senhores de Engenho, foram totalmente esquecidos e banidos pelos responsáveis em registrar a história social, cultural e política do país.

Com base nos estudos de Dos Santos (2009)⁸ sobre a colonização do Sertão da Bahia e formação de Quilombos em Irará, cidade vizinha, há um panorama de luta sangrenta dos índios, dos escravos e dos coronéis da região. Os índios entraram em conflito com os negros escravizados a mando dos fazendeiros, para tomar posse das terras já habitadas. Os conflitos circularam em regiões do sertão baiano e quando os escravos conseguiram fugir se concentraram em localidades como: Tapera, Mocambo, Mocambinho e “Pitiá”, que conforme relatos da senhora Bernadete Mendes⁹, era um local muito violento, devido à luta de pessoas escravizadas com fazendeiros. Tais locais são hoje povoados da região de Retiro e Coração de Maria.

Segundo afirma Mariza Correa, “as formas de escamoteações do modelo dominante, ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos pequenos conflitos e manipulações e da violência que este modelo se impôs” (CORREA, 1994, p. 17) é que nos permite entender como se deu o processo de colonização do país, em Retiro e proximidades, o que nos interessa nesta pesquisa. Assim, as histórias das mulheres e homens negros que fazem parte dessa construção, não foram

⁷ Luiz Carlos Simões Mendes, filho de Agnelo Mendes que iniciou a localidade do Retiro, escreveu um caderno de Recordações com histórico do Retiro, o qual utilizei como referência neste trabalho, os escritos foram apresentados com cópia para a comunidade em 26 de novembro de 2000, onde deixou em sua casa e de seus pais para ficar na memória.

⁸ Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, professora de Teorias Sociológicas da Faculdade Nobre de Feira de Santana.

⁹ A Senhora Bernadete Mendes irmã de Luiz Mendes, contou-me várias histórias sobre a localidade do Retiro e região, em sua casa que é considerada um museu, pois conserva todos os móveis e fotografias da época da fundação do Retiro.

registradas nos escritos na fundação do referido distrito, a forte influência dos terreiros de candomblé que existiam e ainda existem na região, foram e são invisibilizados, devido à intolerância religiosa. Entretanto, ao logo da minha pesquisa, esses fatos foram lembrados nas falas de algumas entrevistadas e, em especial, por uma senhora da comunidade, que teve interesse em dar esse depoimento para a minha pesquisa, sentindo-se feliz em saber que alguém iria escrever sobre a mulher negra (Paixão)¹⁰.

No contexto histórico de Retiro, a organização familiar de laços patriarcais era o principal modo de viver no Brasil colonial e esse modelo, dominante ainda hoje, está arraigado por algumas famílias rurais; entretanto, com o advento da industrialização e a ruína de grandes propriedades rurais, de acordo com Mariza Corrêa (1994), a tradicional estrutura familiar tem sido substituída pelo modelo da família conjugal moderna e urbana.

Essa organização familiar vem tomando novos rumos típicos da urbanização e se restringe ao casal e seus filhos, o casamento não é mais a manutenção de interesses políticos entre as famílias, há novos arranjos familiares, e novos padrões de exigências institucionais e culturais. O destino da mulher não é apenas o cuidado com o lar, com o/as filho/as ou idoso/as, novas prioridades e possibilidades têm feito parte da vida dessas mulheres.

Em Retiro, o modelo de família tradicional se manteve por muito tempo, e ainda está presente, através da subordinação da mulher e a dominação masculina (BORDIEU, 2003). Apesar disso, hoje existem alguns sinais de mudanças no enlace familiar, o contexto vem mudando, com a posição que a mulher vem ganhando no mundo do trabalho, da política, principalmente como chefe de família, servidoras públicas, vereadoras, empreendedoras, presidências sindicais, mulheres que deixam suas casas para trabalhar e estudar em cidades próximas como Feira de Santana e Salvador.

Para corroborar as afirmações apresentadas até aqui sobre o universo pesquisado, é relevante explanar sobre as boas lembranças que as entrevistadas relataram, quando se referiam às escolas, às festas juninas, vaquejadas,

¹⁰ A Senhora Maria da Paixão é uma vizinha de umas das interlocutoras, antes passei em sua casa, para fazer uma visita, quando fui fazer a entrevista. Paixão disse que estava muito feliz em saber da organização de mulheres, e que enfim o povo preto está tendo vez. Ela afirmava: “o nosso povo foi muito maltratado e aqui nunca tivemos coragem de dizer e agora você vai escrever sobre as mulheres pretas, são tantas histórias minha filha”.

cavalgadas, festas da Igreja para celebrar a Padroeira de Retiro Nossa Senhora das Dores, no dia 15 de setembro, mês em que a Santa é venerada em Portugal e em outros lugares da Europa. Essas festas marcam a relação cultural sertaneja e laços de religiosidade que são muito fortes, principalmente entre as mulheres, que fazem o trabalho de manutenção da igreja e ainda participam na organização das festas que são realizadas.

No mês da festa da Padroeira, há novenas todas as noites durante oito dias, iniciando no segundo domingo de setembro e finalizando no terceiro, com realizações de missas, leilões e bingos. O período da festa é uma das datas comemorativas mais esperadas da comunidade de Retiro e das demais localidades também, pois todas as noites as/os religiosas/os de cada igreja católica se encontram e finalizam a festa com uma procissão de Nossa Senhora das Dores e comunidades vizinhas em torno da igreja. No aspecto cultural, a região tem festas tradicionais como: festa da Igreja de Nossa Senhora das Dores, celebração da semana santa, queima de Judas, festas Juninas com apresentação de quadrilhas, comemoração de São Pedro em Retiro e cavalgadas em cada povoado, relembando a história do povo do sertão.

Diante do escopo exposto da localidade de Retiro, podemos afirmar que muitos dos problemas identificados nessa zona rural não são apenas oriundos de um passado patriarcal e machista, mas também fazem parte de um processo de urbanização desordenado, o que tem levado à perda das características culturais locais, sem deixar algo substantivo. Com isso, a ausência de alternativas sociais e culturais para novas gerações, tem estimulado a violência, e um dos motivos é, além da falta de alternativa no mercado de trabalho, a entrada de drogas que transitam na região, modificando os hábitos e costumes da população jovem, transformando negativamente a vida de muitas famílias.

Esse conjunto de mudanças se tornou instigante e motivador, e despertou o meu interesse em pesquisar o grupo de Mulheres Retirenses. Ou seja, compreender a trajetória das mulheres em um ambiente cultural e social adverso aos direitos delas; e apesar disso, perceber que muitas delas conseguiram romper com as dificuldades e ir além, ao buscarem renda através da criação de uma associação de artesanato e culinária, com o propósito de melhorar a qualidade de suas vidas. Muito mais do que uma iniciativa geradora de renda, as mulheres vêm desenvolvendo trabalhos sociais focados no coletivo, na comunidade, chamando a atenção e

demonstrando preocupações sobre a falta de investimentos públicos para os/as jovens, idosos/os e mulheres da região.

1.4 - Retiro e a situação de êxodo

Pelas condições socioeconômicas limitadas, a comunidade jovem de Retiro tem deixado suas famílias cedo para estudar e trabalhar fora, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida. Existe uma inquietação sobre o que ocorre na região a respeito do fenômeno migratório crescente. Homens e mulheres jovens saem para trabalhar em outros estados do país e algumas famílias também estão seguindo esse movimento. Entretanto, o que chama mais atenção é a migração deste/as para Santa Catarina, especialmente para as cidades de São José¹¹ e Florianópolis. Lá eles/as encontram a oportunidade de emprego, que não existe em seu local de origem, devido à falta de investimento dos gestores em desenvolvimento da região. Assim, a questão da saída, principalmente, de jovens da região, está associada, como diz Carmem Helena em seus estudos sobre as transformações nas relações de trabalho e cidadania no campo:

Associado a este quadro de precarização e exclusão social, outros fenômenos vêm se confirmando nos últimos anos no meio rural, tais como a feminização da pobreza, a masculinização do campo, o envelhecimento das pessoas com diminuição das taxas de natalidade (nascimentos) e um emergente movimento de saída da juventude rural para os centros urbanos periféricos, especialmente jovens que saem em busca de outras alternativas de vida (FORO, 2007, p.176).

Relevante ressaltar ainda, que o êxodo na região de Retiro foi provocado pela falta de oportunidade de emprego e perspectiva de gestão e desenvolvimento regional, que também é caracterizado por uma política baseada no sistema coronelista¹², clientelista¹³, patrimonialista¹⁴, de uma cultura patriarcal que ficou

¹¹ Na Universidade Federal de Santa Catarina e nos centros de Florianópolis é fácil encontrar pessoas oriundas do Retiro, o que confirma a migração é bastante frequente no local. Apesar de verificar de fato as pessoas nesta cidade, não estudei os fatores que as levaram a essa escolha.

¹² De acordo com Carvalho (1997) “o coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária”. (Carvalho, 1997, p.02). Apesar de que o Coronelismo morreu simbolicamente, na região e município ainda existem resquícios desse sistema político. O Coronelismo se distingue da noção de mandonismo, que não é um sistema, é uma característica da política tradicional, que sobrevive até hoje em regiões isoladas.

enraizada na região, criando obstáculos para novos estabelecimentos de diversos segmentos sociais.

Isso foi evidenciado em uma atividade acadêmica, quando no período de estágio extracurricular na Secretaria da Promoção da Igualdade Racial - Sepromi, em 2013, pude verificar a dificuldade em articular gestores para participar das conferências municipais da igualdade racial, principalmente quando ouvi a socióloga Vilma Reis, responsável pela organização da Conferência da Igualdade Racial, mencionar que: “Coração de Maria é um dos municípios de difícil acesso para articulação”, devido ao coronelismo que impera na região. Essa política coronelista dificulta o processo de implementação das ações demandadas pelas organizações de mulheres e preconizadas pelo Governo do Estado. As ações são propostas do eixo estratégico do II Plano de Políticas para Mulheres (PPM) que visam garantir o direito à terra, à moradia digna e à infraestrutura nos meios social e urbano:

O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres constitui-se em mais um instrumento de planejamento a disposição do Governo do Estado, através do qual a Sepromi pretende apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios baiano, articulando e desenvolvendo gestão visando a transversalização das dimensões de gênero, raça, etnia e geração, ao processo de implementações das ações demandadas pelas organizações de mulheres preconizadas pelo estado. As ações propostas neste eixo estratégico visam garantir o direito da terra, moradia digna, e a infraestrutura social nos meios rural e urbano. (BRASIL, 2009, p.79).

Apesar das dificuldades encontradas, é importante ressaltar que na cidade de Coração de Maria já existem trabalhos bem promissores em relação às políticas públicas, que foram desenvolvidos por meio da Secretária de Ação Social local. Apesar de que, na zona rural de Retiro, as mulheres ainda não têm acesso a informações relacionadas às políticas e programas sociais, devido à forte presença da cultura patriarcal e machista, a dificuldade de acesso à formação e o descaso do poder local.

¹³ Já o clientelismo foi sempre empregado de forma instável, indicando um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios físicos, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (ibid., p. 4)

¹⁴ O patrimonialismo está relacionado a um estilo político, segundo Carvalho (1997), baseado na cooptação, no clientelismo, no populismo e no corporativismo de Estado. Ao oposto da ação do feudalismo, da independência do senhorio rural em relação ao Estado, deriva uma forma política baseada na demonstração de interesses, nos partidos, na ideologia. (ibid., p. 11).

Em vista do que foi exposto, o distrito de Retiro se manteve dentro das mesmas tradições conservadoras da família colonial, entretanto, muita coisa tem mudado nos últimos anos, e a principal delas é a nova forma como essas mulheres estão enxergando a sua família, a comunidade e a sua própria vida.

2 CAPITULO II - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS: UMA RELAÇÃO DE ALTERIDADE.

Neste capítulo, traço um caminho para chegar até o universo de pesquisa. Apresento o perfil das mulheres através dos dados coletados nas entrevistas. Estas que não foram nada fáceis de realizar, devido ao meu grau de familiaridade com o público. Nesse caso, a exigência do distanciamento científico é bem maior, sem, contudo, deixar de lado a grandeza das subjetividades envolvidas na pesquisa, lembrando o antropólogo Gilberto Velho (1978). Desta forma, sigo a trilha de um breve histórico sobre as mulheres rurais de Retiro - Coração de Maria, bem como o Centro de Cultura das Mulheres Retireense (CCMR), as relações de gênero na agricultura familiar e acesso a programas e políticas públicas de gênero.

2.1- POR QUE A ESCOLHA DO UNIVERSO DE PESQUISA

O terreno de estudos de gênero formou-se no Brasil no final dos anos 1970, juntamente com o fortalecimento do movimento feminista no país. A inserção dos estudos de gênero na academia brasileira e em núcleos de pesquisa das diversas universidades¹⁵. Historicamente, este campo subdisciplinar antropológico foi marcado por uma relação “incômoda” (STRATHERN, 2009). Isso, segundo Heilborn e Sorj (1999), ocorreu na década de 1980, devido a uma gradual substituição do termo mulher, “categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país.” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 187).

De acordo com as autoras, em termos empíricos, a modificação do termo proporcionou o desalinhamento do determinismo biológico, implícito no uso dos termos

¹⁵ Informações baseadas no projeto de pesquisa da professora Alinne Bonetti, no qual fui bolsista de iniciação científica, “Feminismo Acadêmico, antropologia feminista e suas linhagens: trânsitos e deslocamentos entre militância e produção de conhecimento no Brasil (1970-2010)”.

“sexo ou diferença sexual”, e evidenciou as dimensões relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino, assim também, homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser analisada, com uma abordagem que destaca a “estrutura social mais do que o indivíduo e seus papéis sociais foi favorecida.” (Ibid., p.188). Assim, o desenvolvimento da luta coletiva e reconhecimentos dos trabalhos das mulheres com uma perspectiva de gênero por políticas públicas, pois de acordo com Louro (1997):

O conceito de gênero serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas “. (LOURO, 1997, p. 21-22).

Neste contexto, a autora recoloca o debate no campo social, que constrói e reproduz as relações (desiguais) entre sujeitos. As explicações para desigualdades necessitariam ser abordadas não nas diferenças biológicas, mas em seus arranjos sociais, historicamente, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas diversas representações. É devido essas desigualdades relacionais que se precisa pensar em políticas públicas com perspectiva de gênero.

Dessa forma, como propõe Marta Farah (2004), a política pública pode ser compreendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo uma relação de interesses, e que é fruto da mobilização dos movimentos sociais. Por políticas públicas de gênero entende-se não só políticas e programas que atendam a mulheres, mas sim aquelas que reconheçam as desigualdades de gênero, atuando no sentido de implementar ações diferenciadas para mulheres, visto que estas sempre estiveram em desvantagem social em relação aos homens ao longo da história.

Na década de 1980 foram implementadas as primeiras políticas públicas com enfoque de gênero. Exemplo: a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, no Estado de São Paulo. Essas instituições se desenvolveram por todo país e as mulheres se mobilizaram para instituir o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), também em 1983.

Estudando as disciplinas de Políticas Públicas e Gênero e Desenvolvimento Regional no BEGD, na Universidade Federal da Bahia, perguntava-me ao saber o conceito da citada matéria, quais são as políticas e programas existentes na zona rural de Retiro e Coração de Maria? Pensando dessa forma, justamente por que já tinha conhecimento de alguns trabalhos na perspectiva de gênero para mulheres e organização de mulheres nas zonas rurais de outros municípios e estados. Entretanto, não conseguia visibilizar as ações dessas políticas na zona rural do município onde nasci, mesmo com a formação do Conselho de Gênero em 2011, que foi através da luta das mulheres da zona urbana de Coração de Maria. Daí surgiu meu interesse em pesquisar sobre a trajetória dos movimentos de mulheres rurais no Brasil, mas especificamente das mulheres retirenses.

O Movimento de Mulheres Rurais toma seguimento na metade da década de 1980, abrindo novos espaços políticos, bem como a liberdade e visibilidade das mulheres. Em 1986, as mulheres rurais realizaram o primeiro Encontro das Trabalhadoras Rurais em Brasília. As primeiras reivindicações foram por sindicalização, documentação, direitos previdenciários, participação política e crédito agrícola voltado para a agricultura familiar. Com a fundação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE, em 1986, e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS, em 1989, o movimento se fortaleceu. (HEREIDA; CINTRÃO, 2006)

A reivindicação desses movimentos específicos de mulheres rurais, associados a outros movimentos mais amplos como: o movimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Movimento dos Sem Terra - MST e o movimento sindical de trabalhadores rurais representados a nível nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, juntamente com a luta do movimento feminista, foram fundamentais para a construção de políticas públicas voltadas para reduzir as desigualdades sociais e de gênero. (Ibid., p. 6).

Entretanto, apesar dos esforços e reivindicações dos movimentos feministas em implementar projetos e programas que incorporem uma perspectiva de gênero em diversas regiões, não tem sido fácil, devido aos obstáculos encontrados nas trajetórias. Iniciando pela resistência, segundo Sardenberg (1997), “tanto por parte dos planejadores e executores dos projetos quanto das comunidades beneficiárias, a reconhecerem a relevância do enfoque de gênero e sua transversalidade para o sucesso dos projetos” (SARDENBERG, 1997, p. 1).

Esse tipo de resistência pode ocorrer em diversas comunidades, devido à questão da divisão sexual do trabalho e as relações de gênero e poder que imperam fortemente em determinada localidade, seguida de uma falta de informação sobre a temática de gênero. Historicamente, não havia preocupação em registrar o impacto do desenvolvimento econômico entre os sexos. As mulheres eram invisíveis ou vistas como objetos, sendo reparadas por meio de recomendações na questão dos Direitos Humanos.

A concretização da escolha do tema foi quando participei de uma disciplina ACCS-Ação Curricular em comunidade e em Sociedade, cuja ementa era Mapeamento Biorregional Participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental e empoderamento territorial, coordenada pelo professor Miguel da Costa Accioly e equipe do departamento de Biologia. O Mapeamento Biorregional - uma técnica utilizada no Canadá, segundo Doug Aberley e Michael George (1998), possibilita o conhecimento “biofísico e cultural coletivo” de nações indígenas, ou de qualquer região de determinado estado, identificando e delimitando o território. (ABERLEY; GEORGE, 1998, p. 1).

A atividade desenvolvida na disciplina, além da parte teórica, foi a prática como aprendiz de facilitadora de oficinas nas confecções dos mapas na comunidade tradicional de Matarandiba - Ilha de Vera Cruz. Em sequência, como bolsista de extensão do Programa Maricultura Familiar Solidária (Marsol), orientada pelo mesmo professor, no bairro rural de Baixinha, na cidade Taperoá, no extremo sul da Bahia, onde as mulheres têm um grande envolvimento nas causas sociais e culturais da comunidade, logo houve a necessidade de trabalhar com a perspectiva de gênero. Os mapas são construídos dentro das comunidades pela própria comunidade, por meio de uma linguagem visual do mapa reaprende-se e torna-se um instrumento de comunicação tão relevante quanto o “discurso e a escrita”. Assim os mapas relacionam os conhecimentos científico e tradicional, resgatando valores culturais, sociais e políticos, respeitando os tipos de informações.

O engajamento das mulheres da ilha de Matarandiba e da “Baixinha” com as confecções dos mapas, o conhecimento de território resgatando e valorizando os seus modos de vidas, os conhecimentos acerca de seus direitos enquanto cidadãs e cidadão fizeram-me refletir sobre a organização de mulheres rurais de Coração de Maria. As questões da coletividade transformam as vidas das pessoas, pois adquirem conhecimentos sobre seus direitos, através da participação coletiva

conseguem modificar suas realidades de vidas. Porém, as pessoas precisam ter acesso às informações e conhecimentos acerca de seus direitos para empoderar-se. E, certamente, os acessos a programas como o desenvolvido nas comunidades e as políticas públicas contribuem para a transformação de vidas da localidade.

Dessa forma, subentendo que a iniciativa das mulheres da área rural de Coração de Maria é uma ação autônoma e transformadora que conseqüentemente, causará impactos em suas vidas, pois estão buscando modificá-las de forma coletiva e solidária, por meio da busca de conhecimentos dos seus direitos. Assim, compreendi como estudante do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, nas minhas idas e vindas à minha cidade natal, a necessidade de lançar um olhar com perspectiva de gênero a uma construção da associação de mulheres produtoras da zona rural de Retiro - Coração de Maria, que se formam através do sindicato das/os trabalhadoras/es rurais, com objetivo de complementar a renda e adquirir melhor qualidade de vida. Dessa forma, cheguei ao universo de pesquisa.

2.2 - QUEM SÃO ELAS?

No curta-metragem “Vida Maria” (2006), produzido por Márcio Ramos, no Ceará, o diretor mostra a realidade de milhares de crianças no interior nordestino, que têm sua infância interrompida para ajudar suas famílias a sobreviver com poucos recursos e em péssimas condições de vida. A personagem retratada no documentário chama-se Maria José, ela tem o desejo de estudar, aprender a ler e escrever, mas não tem a oportunidade, pois essa realidade só é apresentada para os meninos, as meninas são ensinadas a cuidar da casa e dos irmãos menores. Faço essa relação do filme com as mulheres pesquisadas devido a algumas se chamarem Marias e terem histórias parecidas, porém, com contextos diferenciados, muito próximos da luta de uma outra nordestina Margarida Maria Alves, que lutou por melhor qualidade de vida para mulheres do campo da região onde morava na Paraíba.

Fica evidenciado na história que a vida das mulheres rurais é limitada ao espaço privado, o único destino vislumbrado para elas é o casamento, muitas vezes arranjado por seus pais e esse ensinamento é passado de uma geração para outra. Essa experiência se assemelha aos relatos de vida da maioria das entrevistadas.

Portanto, decidir colocar todas as minhas interlocutoras com pseudônimos Maria, importante informar que atualmente as “Marias” do Centro de Cultura da Mulher Retireense (CCMR) (re) escrevem suas próprias histórias, modificando a realidade de suas vidas, lutando por melhores condições de vida.

Para que pudesse melhor visualizar as semelhanças e diferenças entre as mulheres entrevistadas formulei uma tabela a partir dos dados coletados nos questionários aplicados antes das entrevistas. Na tabela constam as categorias que julguei necessárias para a compreensão das subjetividades. A categoria cor/etnia foi preenchida da forma que as mulheres respondiam e se reconheciam, com relação à sua raça/etnia.

Tabela 1

Perfil das mulheres rurais Integrantes do CCMR

Pseudônimo	Cor/etnia	Idade	Ocupação	Religião	Fazenda	Escolaridade	Estado civil	Filha/o(s)	Entrevista
Maria S	Índia	60	Professora Aposentada/ Artesã Lavradora	Católica	Pedra Nova	Médio completo	Casada	13	29.09.2013
Maria B	Parda	60	Lavradora	Católica	Santa Rosa	Fundamental	Viúva	3	25.09.2013
Maria G	Morena	41	Lavradora	Católica	Papagaio	Fundamental Incompleto	Casada	3	28.09.2013
Maria J	Branca	59	Professora Aposentada Artesã	Católica	Fazenda Mata	Fundamental	Casada	0	27.09.2013
Maria M	Negra	52	Lavradora	Católica	Espinho	Fundamental Incompleto	Casada	2	29.09.2013
Maria C	Cabo verde	70	Lavradora/ Artesã	Católica	Olheiro	Fundamental Incompleto	Solteira	0	26.09.2013
Maria N	Negra	42	Lavradora/ Artesã	Católica	Matambina	Fundamental Incompleto	Solteira	0	29.09.2013
Maria V	Branca	54	Fotógrafa/ Artesã Aposentada	Católica	Espinho	Médio Completo	Solteira	0	29.09.2013

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do questionário (APÊNDICE A)

Foram realizadas entrevistas com oito mulheres, que abriram as portas de suas casas para me receber, seus corações para contar um pouco de suas histórias de vida, algumas tímidas, outras bem extrovertidas e cheias de vontade de obter muito mais conhecimento para desenvolver seus sonhos. Utilizei nomes fictícios, a pedido de todas as interlocutoras, dessa forma, todas são chamadas de Maria, seguida das

primeiras iniciais de seus sobrenomes. Todas Marias, porém, cada uma com diferentes histórias, com muitos assuntos em comum, que entrecruzam suas vidas.

Iniciei as entrevistas com a primeira mulher, presidenta do sindicato rural em Retiro Coração de Maria, eleita em 23 de outubro de 2013. Aqui identificada pelo nome Maria B. É a única que ainda não conhecia nos tempos que morei em Retiro. Ela é muito determinada, responsável por várias funções. Além do trabalho doméstico, se dedica à agricultura e à função de “presidenta” do sindicato. Maria B tem uma forte influência na política sindical e é líder na comunidade em que mora, participa de uma cooperativa e é animadora na igreja católica. Na paróquia tem responsabilidade em organizar as leituras e o que será feito durante a semana. Viúva com três filhas já formadas, recebe total apoio para participar dos trabalhos envolvidos na comunidade e ainda conta com a ajuda de um sobrinho que é engenheiro agrônomo. De pouca vaidade, no seu relato ela me informa que deixou de usar camisetas e batom desde a época que era adolescente, pois seu pai falava que moça não andava mostrando os braços e usando batom. Tem os cabelos curtos, estatura média, usa óculos e está sempre vestida de calça e blusas cobrindo os braços. Maria B tem 60 anos, se autodeclarou parda, não completou o ensino fundamental e sua renda fixa é a pensão. Ela também é lavradora, cuida da roça e das plantações em seu quintal. A sua motivação é desenvolver trabalhos para as mulheres e toda comunidade, pensando em proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

A segunda entrevistada é a senhora Maria J. Ela é professora aposentada e artesã. Católica, casada e sem filhos, tem 59 anos, cursou o ensino médio e se autodeclarou branca. Fui entrevistá-la em sua residência, pela tarde, às 14h30, quando cheguei em sua casa, que fica na fazenda Mata, já estava à minha espera. Logo iniciamos a conversa, bem-disposta, disse que participar do Centro de Cultura, juntamente com as companheiras é uma terapia em sua vida. Estava de cabelos amarrados e com um vestido longo. A casa dela é bem ventilada, com grandes varandas. Ela me mostrou todos os cômodos, especialmente a cozinha, que é o local onde costuma arrumar os produtos que confecciona, como: panos de pratos, de geladeira, fogão, todos com bordados de ponto de cruz, crochês e fitas. Também é o ambiente que menos utiliza na casa durante os dias, por isso fica arrumado, com risos, informa que larga tudo para ir para o trabalho no Centro, não gosta de ficar em casa, já foi o tempo que ficava preocupada em fazer comida ou deixar tudo

arrumadinho. A interlocutora, muito motivada com a organização, sente-se feliz, tem todo o apoio do seu esposo nos trabalhos desenvolvidos por ela, complementa ela: “é meu companheiro, um ajuda o outro”.

A entrevista com Maria S foi realizada no Centro de Cultura da Mulher Retireense, em seu ambiente de trabalho, enfatizou que seria uma satisfação falar de sua vida. Frequenta a igreja católica, todo o domingo está presente na missa da comunidade em que mora, em Pedra Nova. Acredita que a religião não atrapalha nos trabalhos realizados no Centro. Ela afirma: “na roça há tempo para tudo, é só ter organização. Somos mulheres capazes!” Isto é reforçado por ela a todo o momento. Professora aposentada, assim como Maria J, é também agricultora e artesã. Ela tem 60 anos e completou o ensino médio. Com relação à sua cor/etnia se declara parda, mas diz que é também descendente de índio, pois sua bisavó era índia. Casada, tem 11 filhos, entre homens e mulheres, diz que seu esposo fica sempre curioso com o trabalho que desenvolve, querendo saber se realmente gera renda. Na verdade, ela contou-me que a curiosidade dele é para saber o que ela anda fazendo fora de casa. Maria S está sempre agregando conhecimentos e seu grande sonho é fazer faculdade, mais ainda não obteve oportunidade de conseguir uma vaga pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), às vezes acredita que é por causa da idade. É extrovertida, gosta de expor sua opinião com relação à sociedade.

Já Maria M. se preocupava a todo tempo com a nossa conversa, pois queria que tudo desse certo. Ela tem 52 anos, é casada, tem uma filha e reside na Fazenda Espinho. Declarou-se negra, católica. Sempre muito sorridente me disse: “sabe antes eu tinha vergonha de dizer a minha cor até hoje”. Mas depois da organização conversando com as meninas percebeu que não é bem assim, não, “tenho que participar com as outras pessoas”. No centro é uma ajudando a outra, tinha pensado em sair, pois estava sem dinheiro para pagar o aluguel do espaço, mas as outras participantes me incentivaram a continuar. Estudou até o ensino fundamental incompleto, não tem uma renda fixa, vive da agricultura e do artesanato e diz que o pouco que recebe do auxílio bolsa-família ajuda bastante, pois contribui para o transporte quando tem que levar a filha para o médico em Salvador. Seu penteado era sempre o mesmo em todas as vezes que a encontrava, um coque. Trajava calça jeans e uma blusa azul.

Casada, mãe de três filhas e um filho, Maria G. tem 41 anos. Sua religião também a católica reside na fazenda Papagaio, bem próxima a Praça do Retiro.

Lavradora e artesã, estudou até a 4ª. série do primário, salientou que seu pai a tirou da escola dizendo que era o melhor para ela, pois naquele tempo era “bestinha”, se fosse hoje seria completamente diferente. Em relação à sua cor da pele se considera “morena”, tem os cabelos longos pretos e não encaracolados, e na maioria das vezes que nos encontramos estava usando os cabelos soltos ou com coque. Foi uma das primeiras a participar da organização, desde o momento que o sindicato organizou a primeira feira de artesanato. No início eram vinte mulheres, só que não ficaram, pois queriam ver o resultado logo e não era fácil, porque não tinha renda. Ela pretende obter um documento oficializando o primeiro grupo de mulheres do Retiro para formar uma associação e garantir os benefícios do governo. Segundo Maria G a renda ainda é pouca. Ela sobrevive da agricultura, ou seja, da venda de alguns produtos e também recebe o auxílio bolsa família que ajuda bastante para comprar materiais para desenvolver os trabalhos e comprar o que precisa para as filhas.

Maria V. trabalhou em Salvador como auxiliar em um consultório de ortodontia no bairro de Nazaré, onde morou, estudou em um convento de freiras, depois veio para Retiro, começou a fotografar, como *hobby*, hoje é uma profissão com que consegue obter renda. E agora com o artesanato, fez uma colcha de retalho de fuxico com um olho só, pois devido a um câncer perdeu um dos olhos. A organização de mulheres tem contribuindo muito para sua recuperação, em relação à autoestima e trabalho, que é uma terapia. Tem 54 anos, 2º. grau completo, solteira, da religião católica, participa do grupo de oração da igreja, responsável também pela organização, antes pegava no pesado na igreja, porém, depois que ficou com uma visão, o papel na igreja mudou, agora faz a leitura ou toca um instrumento. Deixa evidente que faz de um tudo para não ser discriminada, faz tudo como qualquer outra pessoa, tudo perfeito, considera apenas diferente. Mora na Fazenda Espinho, aposentada por motivo de doença, e em relação aos direitos das mulheres na zona rural, não tem conhecimento, na verdade, quer conhecer esses direitos que sabe que tem, mas ainda não os conhece. Em relação à cor da pele se considera branca.

A interlocutora Maria N. estudou até a 4ª. série do primeiro grau, tem 42 anos, é lavradora e artesã. Mora na fazenda Matambina não tem filhos, a sua religião é católica. Em relação à cor da pele se considera parda, ressalta que na região ouve muito as pessoas falarem que não gostam de negro, tem os cabelos longos e

cacheados e estatura mediana. Os trabalhos desenvolvidos no CCMR são realizados nas horas vagas, quando não está fazendo os afazeres domésticos ou cuidando das plantações. Segundo Maria M. com a organização ficou muito melhor, pois discutem sobre temas como a saúde da mulher, reforma agrária, etc. O que falta para a interlocutora são palestras sobre os direitos das mulheres, assessoria sobre como abrir uma associação. Ainda enfatiza que precisam do apoio das autoridades locais, para que os trabalhos sigam em frente. Enfrentam algumas pessoas que não querem que a organização se desenvolva, mas acredita na superação, mesmo com os obstáculos a serem vencidos, como mobilidade. A entrevistada não pretende desistir da organização, o que queremos é crescer e ter mais conhecimento dos nossos direitos.

A oitava interlocutora é Maria C, fui até a sua casa para entrevistá-la, de 70 anos, mora na Fazenda Olheiros, de religião católica, é aposentada, uma senhora que se apresentou com um pouco de timidez, por que está recente na Organização de Mulheres. Trabalha na lavoura e com artesanato, pois, para ela ficar parada é muito ruim, principalmente quando vai ficando velha, por isso, o trabalho que faz no Centro das Mulheres tem um significado muito importante; lá conversamos, é uma ajudando a outra, em casa não faz nada além das atividades domésticas e na roça não tem companhia. Maria C. não teve filhos, mais criou um sobrinho. Em relação à cor da pele, ficou um pouco pensativa e afirmou ser “cabo verde”, essa expressão é dada pelo povo quando quer dizer que uma pessoa é negra do cabelo liso. Estudou até a 5ª série do 1º grau e sente-se muito feliz em estar participando da organização, lembra que procurou o grupo logo que soube, para juntar-se, afirmando que é um lazer aprender coisas novas.

O que todas têm em comum, além de serem mulheres negras, em sua maioria, entretanto não declarado por todas, são mães, avós, e residentes das comunidades rurais de Retiro e com os mesmos objetivos; união para formar a associação e para conhecer melhor os seus direitos. Para a compreensão da prática organizacional de mulheres rurais, percebi que seria fundamental fazer uma abordagem na questão de identidade dos sujeitos, utilizando a perspectiva de gênero, levando em conta as intersecções com as categorias raça/etnia, geração e classe.

As associações de mulheres configuram-se como espaço relevante para a constituição das identidades da/o (s) sujeito/a (s), por meio de um processo de socialização que transmite valores, crenças, religião e até mesmo que é interiorizado

nas esferas de sua vida pessoal. Assim, de acordo com a concepção sociológica, a identidade é construída a partir do envolvimento “entre o eu e a sociedade” (Hall, 2006, p.11), ou seja, a partir da convivência coletiva, com diálogos de diferentes esferas, as/os sujeitas/os assumiram posicionamentos entre seu espaço pessoal e público.

Desde então, as mulheres estão assumindo discursos através das práticas e articulações que se agregam em mudanças para a comunidade e para si, construindo cidadania e assumindo seus lugares de sujeitas de direito, além de transformações nos espaços de convívio e em suas vidas, por meio das subjetividades que são produzidas nessa trajetória.

É importante ressaltar que a identidade negra não assumida, por algumas interlocutoras, como as Marias G e C, faz parte do processo de miscigenação, que segundo Stolke (2006) é a consequência da “exploração sexual de escravas feita por colonizadores” (STOLKE, 2006 p.19). Assim, o processo do que seria uma democracia social (FREIRE, 1988), por meio da confraternização entre colonizador e a mulher escrava, gerando filho do senhor do engenho, devido à escassez de mulheres brancas, tornou-se um processo violento, marcado por desigualdades socioeconômicas, e por diferenças étnicas presentes ainda nos dias atuais, Carneiro também afirma:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. (CARNEIRO, 2001, p. 1).

Essas consequências são percebidas por meio das relações socialmente e politicamente desiguais entre homens e mulheres. Através da opressão expressa como invisibilidade social das discriminações, articulando-se a gênero, que entrecruzam raça/etnia, geração e classe, por meios dos mecanismos de dominação, como o patriarcalismo¹⁶ presente nas igrejas e na religião, fato evidenciado no depoimento de umas das interlocutoras, a falta de vontade de

¹⁶ O patriarcalismo é oriundo do patriarcado que dava ao o homem a condição de dominante na organização social, o patriarcalista exercia o poder de uma autoridade religiosa masculina sobre os subordinados, principalmente as mulheres.

participar de eventos na igreja ou frequentar determinados espaços. Para Maria M, que logo abaixo dá o seu depoimento, deixa evidente a não percepção da violação de seus direitos;

[...] Eu tenho preconceito, eu tenho preconceito... Chamavam-me para o coral e eu olhava assim e dizia não vou, porque eu não me sinto bem. Eu tinha vergonha da minha cor até hoje eu fico meio assim [...]. Quando vou para igreja você sabe, o padre é branco e o povo que toma conta também. Eu ficava com receio de participar. Nunca chegou uma pessoa para discriminar a minha cor não. Mais por mim mesmo eu tiro, eu não tenho vergonha. Agora assim, eu só entro num lugar que eu vejo que dá certo para mim, quando eu vejo que não dá certo eu não entro (Maria M, 29/09/2013).

Perceber que se deve frequentar ou não um lugar, devido à cor da pele, representa os resquícios de violência ocorrida no processo de colonização, negando a participação da mulher negra na formação cultural Brasileira. Nilma Bentes (2009) deixa evidente “que a discriminação básica, no caso da população negra, não é ser mulher, ou portar deficiência, ou estar na pobreza, etc.; esses se tornam agravantes, pois a discriminação originária é pertencer à raça negra” (BENTES, 2009, p.63). Dessa forma, de acordo com as entrevistas realizadas, dei uma ênfase na categoria raça, por perceber as dificuldades que as Marias tinham para expressar seu pertencimento racial. Os olhares antes mesmo de responderem à pergunta referente à sua cor/etnia eram como se fossem julgadas por algo errado. Percebi que para elas o processo de “embranquecer” a pele era uma estratégia (ainda que inconsciente) de serem aceitas pelos racistas e opressores da sociedade do lugar em que vivem.

Dessa forma, compreendi que a categoria “raça” é uma das questões mais complexas para o desenvolvimento das entrevistas. Já a questão geracional, para as Marias, é algo que aproximam para o coletivo, pois a identificação é maior. Porém, as categorias raça/etnia, idade/geração, sexo/gênero e a questão de classe são articuladas entre os acontecimentos e vivências individuais e grupais, que segundo Alda Motta (2003):

Não se vive a experiência de uma dimensão de uma só vez, mas conjuntos de experiências resultantes dessa múltipla pertinência social. Assim é que, na perspectiva de idade ou geração, ser jovem ou ser velho é uma situação/experiência vivida em parte homoganeamente e em parte diferencialmente, segundo o gênero, a etnia e a classe social dos indivíduos de cada grupo etário. (MOTTA, 2003, p. 2).

Nesse contexto, foi perceptível a interação entre as mulheres: com relação à faixa etária, na questão da solidariedade, estabelecendo uma relação de respeito umas com as outras, trocas de experiências baseadas em suas atividades do artesanato, nas relações pessoais, muitas vezes contando suas histórias de vidas, para que a união se tornasse cada vez mais firme, pois foram muitos obstáculos enfrentados para que a legalização da associação se concretizasse.

Essas iniciativas serão melhores explanadas nos próximos capítulos, percebendo que a organização se formou por meio do associativo e da solidariedade. Essas mulheres retirenses tornam-se produtoras rurais para contribuir com a renda familiar, ao mesmo tempo em que vêm ocupando espaços na comunidade e formando lideranças políticas capazes de intervir, pressionar e contribuir sobre questões referentes à vidas das pessoas e do município.

2.3 - COMO SURTIU O CENTRO DE CULTURA RETIRENSE

As mulheres iniciaram a trajetória de organização em 2011, quando reuniram-se no Sindicato da/o(s) Agricultora/e(s) para estabelecer uma parceria, oferecendo cursos de artesanatos para as demais mulheres da região. Essa parceria foi formada com o sindicato rural, que despertou a vontade de desenvolver um trabalho com as mulheres da localidade.

Nesse período, foi organizada uma reunião com outras agricultoras que também gostaram da ideia e foram convidando outras mulheres. Elas pediam para que as amigas trouxessem produtos que sabiam confeccionar. Nessa reunião, foram expostos diversos produtos elaborados com diferentes técnicas: feitos com biscuit, crochê, pinturas, emborrachados, costuras além de produtos culinários. Então saiu

de imediato a proposta de realizar a primeira feira de artesanato¹⁷ para mostrar à comunidade as confecções dos produtos e visibilizar a organização das mulheres.

A tarefa de realizar reuniões no centro não foi nada fácil, ou seja, para as mulheres se organizarem tiveram que superar muitos obstáculos, a começar pelo enfrentamento do preconceito, pois o artesanato e a culinária não eram valorizados pela comunidade. Em algumas reuniões foram monitoradas por grupos de influência partidária, por acreditarem que estavam formando um grupo para a candidatura de algumas das mulheres.

Somente em 2012 elas conseguiram alugar um espaço próprio, com o dinheiro arrecadado nas feiras de artesanato e em bingos que foram realizados. O início foi muito difícil, pois não obtiveram apoio da prefeitura e nem da comunidade. Em 2014, passaram a receber ajuda do prefeito, que mantém o aluguel e os cursos que estão sendo oferecidos à população. Juntas, denominaram o local de Centro de Cultura das Mulheres Retirenses (CCMR), que é aberto aos domingos para comercialização dos produtos confeccionados. Dentre as atividades realizadas pela organização de mulheres estão incluídas as feiras coletivas, baseadas na economia solidária, que ocorrem anualmente, organizadas pelas mulheres, na Praça de Retiro, com ajuda do sindicato. As exposições dos artesanatos também são realizadas nos municípios vizinhos, como Feira de Santana, Iará e Salvador.

Apesar de todo esforço da força produtiva dessas mulheres, a associação não participa de todas as feiras da região porque ainda não está registrada e isso dificulta também o acesso aos recursos públicos e o reconhecimento do trabalho feminino. Entretanto, compreendo a decisão das mulheres em se organizar coletivamente como empoderamento, “elemento central para a transformação das relações de gênero, isto é, como ponto fundamental para mudanças das relações desiguais entre homens e mulheres”. (WRIGHT, 2003, p.54).

A utilização do termo “empoderamento” como empregado pela autora é justamente pela coragem e determinação das mulheres ao se organizarem e criarem o Centro de Cultura. Dessa forma, elas desafiam as relações de poder, como o

¹⁷ Segundo Lemos, “faz parte do imaginário coletivo pensar o artesanato como expressão de histórias populares regionais, associando-o à arte popular, pelo que muitas vezes ouvimos designá-lo como ‘arte menor’. Progressivamente esta concepção restrita deu lugar a outra, em que o critério de criação artística assume um papel importante, flexibilizando-se as fronteiras entre arte e artesanato” (LEMOS, 2011, p.32).

sexismo, o racismo e a política do coronelismo existente na localidade de Retiro. O significado do termo utilizado pode ser percebido nas falas de algumas entrevistadas, ao relatarem suas relações no espaço comunitário, nas relações familiares e na política, a conscientização da força da coletividade e ajuda mútua no desejo de mudança e melhoria para a comunidade e a vontade de adquirirem novos conhecimentos.

Sobre a organização de mulheres em Retiro a interlocutora Maria B. diz:

O nosso grupo é assim [...] A questão do direito das mulheres, a questão do seu espaço, a gente é um grupo de mulheres que trabalha não só no artesanato, a maioria são casadas, donas de casa, são avós, como inclusive eu mesma, sou avó e trabalho na roça, algumas tem comércio [...] E aí, o nosso objetivo é: tanto está se desenvolvendo financeiramente como no nosso conhecimento. Quando a gente se reuni a gente não fala só de artesanato, a gente fala dos problemas de família, dos direitos das mulheres, quais os deveres e direitos que a gente tem no trabalho. Tanto como esposa, como mãe, filho/a e ai a gente vai fazendo um trabalho de esclarecimento, ai vai uma ajudando a outra. (Maria B., 25/09/2013).

Dessa forma, o CCMR representa para as mulheres não apenas um local de encontro, mas também um espaço para discussão sobre a realidade da futura associação e da comunidade. É um espaço público, um local de trabalho onde elas se preparam para receber os clientes e explicam como os produtos são confeccionados, é a forma que elas adquiriram para ter renda própria. Um ambiente onde as mulheres pretendem ir além do trabalho reprodutivo/produtivo, um local onde as pessoas da comunidade possam obter formação e informações sobre os seus direitos como cidadãs e cidadãos.

2.4 - Mulheres retirenses: Sujeitos econômicos, chefes de família!

As mulheres rurais de Retiro são importantes sujeitos econômicos que colaboram para o crescimento de suas comunidades e da renda das famílias. Elas exercem duas ou mais funções, como: agricultoras, lavradoras, em negócios da família, professoras, autônomas, presidente de sindicato, artesãs, costureiras, empreendedoras, empregadas domésticas, chefes de famílias, e agentes de saúde. São responsáveis pelo trabalho doméstico desproporcional e não remunerado, além da responsabilidade pelo cuidado das crianças e dos idosos. De acordo com a

Organização Internacional do Trabalho (OIT), as trabalhadoras rurais constituem cerca de 43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento e 70% da força de trabalho em economias com base na agricultura.

Mesmo com os avanços obtidos nos últimos anos, as mulheres rurais continuam vivendo em situação de desigualdade social, econômica e política. Ficando em evidência suas limitações na participação em mecanismos de decisão, bem como na participação em projetos voltados para reforma agrária e desenvolvimento rural¹⁸. As desigualdades são refletidas por meio do acesso desigual aos recursos, assim como as discriminações regidas pelo gênero, classe, raça/etnia e geração. Essas questões são categorias de análise, que precisam ser tratadas com relevância para garantir o direito de igualdade de todas/os aos serviços de saúde, educação, saneamento, habitação entre outros.

As mulheres rurais ainda passam por outras diversas limitações, como por exemplo: o acesso à terra, aos recursos públicos, apoio à produção na assistência técnica, abertura de associação, assistência ao crédito, e tecnologia, algumas situações vivenciadas pelas mulheres do Centro de Cultura Retirenses. Assunto que será explanado nos próximos capítulos. As mulheres rurais retirenses, assim como muitas mulheres rurais de países da América Latina, se encontram trabalhando na informalidade. As assalariadas agrícolas vivem em condições precárias, e, muitas delas ainda não têm seus direitos garantidos, como foi colocado na XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2013):

A maioria das políticas de desenvolvimento rural e de acesso a terra na América Latina e Caribe, ainda pouco reconhecem, as mulheres como sujeitos de direitos. Existe ainda a necessidade de ampliação do diálogo sobre um desenvolvimento rural que permita a efetivação da igualdade entre homens e mulheres na região. Este modelo de desenvolvimento deve ser baseado na solidariedade, na soberania alimentar, na redistribuição de recursos em favor das mulheres rurais e numa abordagem territorial. (FAO/ONU, 2013, p. 1).

A luta das mulheres em Retiro para ocupar os espaços de decisão política vem se ampliando nos últimos anos, com a participação nas candidaturas e eleição municipal. Em Retiro, uma mulher foi eleita presidenta do sindicato rural, em

¹⁸ O desenvolvimento rural a que me refiro é baseado no modo de vida das pessoas rurais, que não perca as características locais com a invasão da urbanização que vem ocorrendo em áreas rurais. Mas, que seguem um modelo de desenvolvimento pautado na redistribuição de recursos para mulheres rurais em uma perspectiva territorial.

novembro de 2013, trata-se de Maria B., responsável pela organização de mulheres e criação do Centro de Cultura das Mulheres Retirenses, sua representação vem transformando a comunidade e contribuindo para mudanças de vidas de muitas mulheres que estão reconhecendo e lutando por seus direitos.

Essas transformações relacionadas a gênero são refletidas no processo de reconhecimento e posicionamento dos seus discursos através das práticas, articulações e mudanças agregadas para a comunidade e para a própria vida, construindo cidadania e assumindo seus lugares de sujeito de direito; além das modificações positivas nos espaços de convívio e nas suas vidas por meio das subjetividades que são produzidas nessa trajetória de emancipação, ocasionada pela luta e resistência à divisão de tarefas por sexos em ambiente familiar e à pouca visibilidade da mulher nos ambientes públicos de movimentação e decisão política.

2.5 - RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

A identificação e discussão das relações de gênero no Centro Retirensense é relevante para percebermos as desigualdades no meio rural, pois, como propõem Santos e Novaes (2007), trata-se de um tema bastante simbólico para analisar a realidade social, econômica, cultural e política, mostrando, desse modo, a realidade da condição da mulher no meio rural, suas trilhas construídas contra a pobreza, as novas alternativas de subsistência a produção e, principalmente, as desigualdades de gênero nos vínculos de trabalho e da família.

As mulheres do CCMR são as principais envolvidas no âmbito da agricultura familiar, principalmente para desenvolver todas as tarefas do seu cotidiano. Elas dinamizaram uma rotina para manutenção e funcionamento do centro não ficar prejudicado por outros trabalhos realizados, como: cuidar da casa, dos filhos, das plantações, rachar lenhas, fazer doces, beijus¹⁹, bolos para comercialização e participação na igreja. A organização dessa rotina ficou estabelecida da seguinte forma: cada dia da semana fica uma associada responsável para realização dos cursos como: Crochê²⁰, costura, pintura, bordados, fuxico²¹ e biscuit²² para outras

¹⁹ Produto feito a partir da massa de mandioca de toda região nordestina

²⁰ Renda ou malha que se faz com uma agulha especial.

²¹ O fuxico é composto especialmente com a união de várias pequenas trouxas de tecido, as quais, entretecidas, constituem flores coloridas. Estas, ao se conectarem, dão um novo visual a confecções,

mulheres e jovens da comunidade. A ajuda mútua estabelecida entre elas ameniza a questão da desigualdade na divisão social do trabalho, pois essas mulheres na maioria das vezes trabalham muito mais do que os demais membros familiares.

A interlocutora Maria S, conta com o apoio da família para realização de algumas tarefas na agricultura, mas não nos trabalhos considerados atividade exclusiva da mulher:

Além do artesanato eu cuido da família, trabalho de roça, tenho feijão para bater, eu tenho criatório de galinha e porcos. E meus filhos me ajudam nas tarefas e meu marido também. E ainda vou para a igreja porque nenhuma profissão empata o trabalho da igreja agente divide as tarefas, eu vou aos domingos. (Maria S., 29.09.2013)

Maria N também tem apoio da família, porém tem responsabilidade pela maioria das tarefas em seu dia a dia,

Meu companheiro me incentiva, trabalho como lavradora, dona de casa e nas horas vagas, que tem uma vaguinha faço minhas coisas, meu trabalho de artesanato. Eu gosto de fazer todas as coisas, faço tudo. (Maria N., 29.09.2013)

Destarte, compartilhando de Ávila (2013), a divisão sexual do trabalho surgiu dentro da esfera do trabalho reprodutivo por meio da distribuição desigual entre homens e mulheres, quando Maria S diz que “cuida da família” e Maria M. “faço tudo” está se referindo ao trabalho doméstico e demais atividades, enquanto os “homens realizam tarefas pontuais, em geral considerada como apoio ou suporte àquelas de responsabilidades das mulheres” (ÁVILA, 2013, p.233).

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é considerada um fator fundamental para sobrevivência das relações sociais entre os sexos, sendo modulada socialmente e historicamente, caracterizando e designando funções para homens e mulheres. Ou seja, aos homens é designada a esfera pública, que está relacionada à força produtiva do trabalho e, às mulheres é designada a esfera privada, que está relacionada ao trabalho reprodutivo e o cuidado com a casa. Essa divisão sexual do trabalho é um mecanismo para a análise de gênero na agricultura familiar.

bolsas, tapetes entre outros itens. É também sinônimo de fofoca, pois quando as mulheres se reúnem para costurar e colocar as conversas em dias. <<http://www.infoescola.com/artes/fuxico-artesanato>.

²² Biscuit também conhecida por porcelana fria é a massa de modelar produzida a partir da mistura de amido de milho e cola branca, é uma massa de fácil modelagem que aceita tingimento e pintura.

Para Santos (2007), o modo de produção de base familiar surgiu no período Brasil-colônia, nas lacunas entre os relevantes “latifúndios” e a grande valorização da agricultora patronal, com a finalidade de produção para a subsistência do agrupamento familiar. Então, desde o processo colonial até essa movimentação do Novo Mundo Rural²³, a agricultura familiar foi considerada como uma atividade irrelevante para a economia do país. De acordo com Novaes (2007), só a partir da década de 1990 é que a agricultura familiar se torna ferramenta relevante de debates entre “setores governamentais, organizacionais, sindicais e acadêmicos”. (NOVAES, p.154).

Neste contexto, foi criado o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, pelo MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, uma conquista dos movimentos sociais rurais. Segundo Cintrão e Siliprandi (2011), criado pelo governo brasileiro, devido ao “aumento da organização de grupos de mulheres dedicados a experiências produtivas, para promover a autonomia econômica das mulheres” (CINTRÃO; SILIPRANDI p. 201). No entanto, recebeu diversas críticas do movimento feministas, pela falta de perspectiva de gênero.

Em 2003, foi criado o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre), com Pronaf Mulher, para reparar os direitos das mulheres ao crédito e sua participação na agricultura familiar, transformando em linhas específicas, para atividades agrícolas e não agrícolas. Entretanto, em algumas áreas rurais como em Retiro Coração de Maria, as mulheres ainda encontram muitas dificuldades para acessar esses programas e para serem reconhecidas nos trabalhos artesanais e na agricultura. De acordo com Andrea Butto e Hora (2008):

²³ O Novo Mundo Rural, segundo Santos (2007), trata-se de um documento formulado em 1999, em que as esferas governamentais sinalizam, no ambiente da reforma agrária, para mudança no estatuto da agricultura familiar.

Apesar disso as desigualdades entre homens e mulheres persistem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas²⁴. Historicamente, as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. De uma forma geral, as políticas públicas, pouco se direcionaram para este segmento, e quando o faziam, eram destinadas à família rural considerando-a como um todo homogêneo. (BUTTO; HORA, 2008, p. 21).

Em entrevista com a atual presidente do Sindicato Rural de Retiro, Maria B. dizia “precisamos fortalecer a agricultura familiar para o desenvolvimento do município”. Isso porque as mulheres têm grande dificuldade de acesso ao crédito para investir em seus empreendimentos, principalmente as mulheres rurais que ainda não são suficientemente reconhecidas pelo Estado e sociedade como agricultoras familiares, sendo o homem considerado o principal representante econômico da família. A agricultura Familiar para mulheres do Centro está agregada aos trabalhos domésticos e à roça nos quintais de suas casas, na produção de iguarias para serem comercializadas nas feiras, como doces, sequilhos, bolos e beijus. Trabalhos realizados às vezes por todos os membros da família, mas na grande maioria é responsabilidade das mulheres.

Dessa forma, os cursos que estão sendo realizados no espaço, com o apoio da prefeitura municipal de Coração de Maria, são uma conquista das mulheres. Além de gerarem renda para as mesmas, contribuem para alterar com a divisão sexual do trabalho que se instaurou historicamente nas sociedades capitalistas e patriarcais, bem como a dupla jornada de trabalho desempenhado por algumas mulheres. Conforme afirma Betânia Ávila (2013), “na prática sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera produtiva como na de reprodução” (ÁVILA, p.232). Isso reforça as relações desiguais entre homens e mulheres.

Assim, essas organizações levam-nas à esfera pública, entretanto, continuam sendo responsáveis pelo trabalho doméstico, como uma escolha, não como uma condição imposta, como relatam nas suas entrevistas, e também pela agricultura, uma forma desigual das relações sociais, que evidencia a divisão sexual do trabalho.

²⁴ Esta análise, segundo as autoras Butto e Hora (2008), fundamenta-se nos diferentes processos sociais, documentos (programas, projetos e relatórios técnicos), estudos, pesquisas e publicações elaborados no âmbito do Governo Federal, em especial, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) e nas diretrizes e agenda proposta no II Plano Nacional de Reforma Agrária em 2003 e nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres I e II, produzidos a partir de 2004 (p.21).

Nesse sentido, a forma com que as mulheres se organizam em solidariedade tem gerado impactos, tornando o espaço de trabalho da produção e reprodução um instrumento para enfrentar os conflitos de interesse e transformar as relações subalternas em relações de troca, inclusive despertando curiosidade dos demais membros da família, em favor da construção do desenvolvimento e desconstrução das desigualdades de gênero na agricultura familiar, juntamente com a economia solidária.

2.6 O acesso às políticas públicas e programas de gênero no meio rural

No mapeamento realizado para um trabalho da disciplina Elites, Instituições Políticas e Sociedade Civil, no semestre de 2012.2, sobre avanços das políticas públicas para mulheres rurais no período 2003-2010, em que o objetivo era mostrar como funcionava o acesso da justiça para mulheres do campo e da floresta e o que tinha de políticas públicas garantida e em andamento, aproveitei o estudo para pesquisar sobre iniciativa de promoção do empoderamento da mulher. De acordo com Buarque, Oliveira e Tavares (2008), as Políticas Públicas:

São ações concretas que o Estado deve adotar para realizar o Direito de todas as pessoas do país a uma vida digna. Por sua vez, o direito a uma vida digna é formado por vários direitos: direito à saúde; direito a educação; direito à habitação; direito a terra, às águas e aos alimentos; direito ao trabalho; direito a uma vida sem violência; direito à cultura e lazer. (BUARQUE; OLIVEIRA; TAVARES, 2008, p. 1).

Assim, as políticas públicas são organizadas por setores: saúde, educação, segurança, assistência, previdência, etc., e são universais, reparadoras ou afirmativas e específicas. (BUARQUE; OLIVEIRA; TAVARES, 2008). Nesse sentido, as políticas públicas de gênero, como foram conceituadas anteriormente, são consideradas reparadoras ou afirmativas, com o objetivo de desenvolver ações que a sociedade necessita para reparar as injustiças e promover a igualdade entre as pessoas. Então, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM, é um marco no processo da concretização de políticas para mulheres, um resultado do diálogo entre sociedade civil e governo, o que confirma a participação social e democrática das mulheres na construção de todos os ciclos das políticas públicas.

No Plano de Políticas para Mulheres, no Capítulo I, referente à autonomia financeira da mulher do campo e da floresta, a linha de ação 1.2 consiste em: “Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas”. Essa Linha de ação para ser implementada tem como órgãos responsáveis: o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, Ministério das Relações Exteriores - MRE e, como parceiros, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir e Banco do Brasil. O objetivo do eixo do PNPM, propõe:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país. (BRASIL, 2013/2014, p.14)

Essas ações são necessárias, para diminuição da desigualdade e enfatizam a relevância de políticas específicas dentro do governo federal, para conquista da autonomia econômica e empoderamento das mulheres. Lembrando que as referidas ações do eixo I, que estou citando, é justamente devido à forma de organização do grupo de mulheres pesquisadas, através do associativismo e solidariedade. Sendo que, os demais eixos do PNPM promovem o empoderamento e contribuem contra a desigualdade entre homens e mulheres, como no eixo 4, Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, pois é necessário garantir a autonomia da mulher em situação de violência, é um direito tanto para autonomia financeira, cultural, como sexual, pessoal e social, respaldado pelos princípios do PNPM, assim como as Diretrizes e Ações Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (2011), o eixo 4 e 11 Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, tem ações específicas para mulheres do campo e da floresta.

De acordo com Farah (2004) “o eixo de uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero consiste na redução da desigualdade de gênero”, ou seja, das desigualdades entre homens e mulheres (FARAH, 2004, p.127). A autora

ressalta que reduzir as desigualdades de gênero não significa negar a diversidade, mas de reconhecer a diversidade e a diferença, entre homens e mulheres, atribuindo valores iguais e respeitando e reconhecendo que as necessidades específicas não são iguais, porém devem ser igualmente contempladas pelo Estado e sociedade.

Assim, concretizar políticas públicas no meio rural depende muito da mobilização do poder público e da sociedade civil, porque ter acesso às informações, atendimentos especializados e específicos em alguns municípios, como afirma Farah (2004): é necessário um olhar novo e mobilizado, percebendo a “desigualdade” entre homens e mulheres na sociedade, que se refletem em grandes e pequenas discriminações e obstáculos encarados pelas mulheres em seu dia a dia, em obstáculos na inserção no mercado de trabalho, no acesso a serviços, em um dia a dia trabalhoso na esfera doméstica.

Dessa forma, as políticas públicas, as ações estatais e os programas desenvolvidos por governos podem executar uma função relevante no combate do quadro de desigualdades. A teórica Farah (2004) fundamenta, que também “podem reforçar as desigualdades, o que ocorre, em geral, pelo fato de governos e as agências estatais não estarem atentos às desigualdades de gênero”. (FARAH, 2004, p.128).

Nesse sentido, analisando as dificuldades das mulheres rurais, especificamente das mulheres de Retiro da APAR, em relação ao acesso a conhecimentos e informações de seus direitos e as falas de algumas delas relatando os obstáculos enfrentados, devido a estarem na área rural, muitas vezes são convidadas para palestras e cursos, mas não participam por causa da dificuldade de mobilidade da área rural para a urbana, ou seja, falta acesso, incentivo e articulação da gestão local, fatores perceptíveis nos depoimento das interlocutoras:

Um dia estava na rua em coração de Maria eu ouvir um carro anunciando, fazendo convites para participar de algum evento, só que a população da roça nem sabe, não participa. (Maria S. 29.09.2013).

Aqui não tenho conhecimento sobre os direitos das mulheres em coração de Maria aconteceu uma palestra mais não sei informar assim [...] Não tenho conhecimento de direitos em relação às mulheres aqui na meia rural. Mais as mulheres muitas vezes se deixam levar só por que homem é homem. Aqui ainda está na idade da pedra, acho que precisa de reuniões de grupos, como os professores fazem reuniões, já que está passando para minha família, passar para mãe também, então as meninas têm que ser

independentes hoje em dia elas já sabem disso. Que não vão viver submissa aos homens, só que aqui ainda, tem muita cabeça atrasada que quando fala em discutir os direitos das mulheres. (Maria V. 29.09.2013).

Ainda não tenho muito conhecimento dos meus direitos e nunca ouvir falar desse Plano de Políticas para Mulheres [...] Estamos em busca de direitos de evoluir mais aqui. Não recebemos a mesma atenção do pessoal da sede, quando sabemos de eventos assim, palestras já aconteceram. Que as instituições venham nos incentivar é isso que estamos precisando. (Maria N. 29.09.2013).

Só teve um projeto que recebi um convite, para comparecer com as mulheres na câmara dos vereadores, inclusive eu fui eleita para ocupar algum lugar, que nem me lembro bem. Ai na segunda vez a secretaria de educação me vendo na rua disse que haveria um segundo encontro e iria me enviar um convite, mas até hoje não recebi. (Maria J. 27.09.2013).

Após ouvir as mulheres da organização pesquisada, e ser procurada por outro grupo de mulheres na região do Pitiá, outra localidade do município, descobri que existem outros grupos de mulheres além do que estou pesquisando especificamente. Não tive a oportunidade de conversar com o grupo de mulheres do Pitiá, porém fui informada que foram procurar a minha ajuda, para questões de assessoria técnica. A partir das entrevistas realizadas com as mulheres, senti a necessidade de saber acerca das políticas públicas para mulheres existentes em Coração de Maria ou as perspectivas de programas/projetos a serem desenvolvidos com as mulheres com recorte de gênero.

A Secretaria local, responsável por ações relacionadas a gênero é a Secretaria de Ação Social, cuja secretária é militante engajada nos assuntos relacionados à temática estudada, me recebeu e informou sobre os trabalhos que tem realizado em relação a gênero e sexualidade na comunidade, como: 1) Criação do Conselho da Mulher logo pós-conferência de 2012, com a coordenação de Edilene (Grupo LGBT-Mariense), 2) Realização de formação nas escolas em gênero, diversidade, violência (Tipos de Violência) nos colégios Manoel Novais e Maria José em Retiro, 3) Reuniões itinerantes em comunidade, Mata da Ladeira, 4) Incentivo à formação de grupo de Mulheres Produtoras, 5) Implantação do programa de formação em gênero, 6) Criação do departamento de gênero e suas interseccionalidades, em 2012, 7) Comissão de gênero, suas intersecções (trata da comunidade indígena e quilombola), 8) Grupo de Mulheres dentro do CRAS - 200 unidades habitacionais, para mulheres – especificamente, as casas são registradas no nome delas, com

relação à habitação e 9) Incentivo da Economia Feminina - no cordeiro onde fizeram vários cursos e receberam equipamentos²⁵.

Com os depoimentos das interlocutoras acima e as informações da secretária, percebe-se que o município tem acesso a algumas políticas públicas e conhecimentos específicos sobre os assuntos, no entanto, as mulheres da APAR, em Retiro, não têm acesso a programas e ações que as ajudem a desenvolver a associação e que promovam o empoderamento desse grupo.

De acordo com a diretora executiva da Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres Michelle Bachelet, na Conferência das Nações Unidas sobre O Desenvolvimento Sustentável - Rio+20(2012) enfatizou que é preciso avançar, e para isso é necessário encorajar ações específicas que promovam o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero, com a finalidade de reduzir os impactos prejudiciais da pobreza das mulheres, na saúde e no meio ambiente. Assim, qualquer convenção deve reconhecer as contribuições das mulheres para o desenvolvimento sustentável. Evidentemente ao ler as palavras da executiva e outras referências como (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011), (HEREIDA; CINTRÃO 2006), fizeram-me refletir sobre as Mulheres Retirenses que informaram não obter incentivos dos gestores , por meio de programas, projetos que levem ao empoderamento e autonomia.

Dessa forma, como analisa Soares (2004), em relação às instâncias governamentais que se localizam em diversos lugares nas estruturas de governo, as mulheres reivindicam que seja um lugar de acesso aos diversos patamares do governo, um local que possa ter o poder de negociação para o desenvolvimento das ações que planejam realizar em união com outras dimensões. Nesse contexto, “em geral, reivindicam um espaço junto ao gabinete da/o prefeita/o ou da/o Governadora/o e assim tem ocorrido com algumas das coordenadorias” (SOARES, 2004, p.124). A análise da autora se entrecruza com a situação das mulheres da APAR, que reclamam quando se submetem pedidos de ajuda à prefeitura, e são encaminhadas para diversos setores ou responsáveis que não resolvem a situação das mesmas e na maioria das vezes levam a desistir de procurar ajuda. Dessa forma, como analisa Soares (2004), com relação as instâncias governamentais que se localizam em diversos lugares nas estruturas de governo.

²⁵ Dados fornecidos pela secretária de Assistência Social de Coração de Maria Edlene Paim.

A autora diz que a localização do espaço faz diferença, porque vai depender se tem ou não poder de secretaria, recursos financeiros e administrativos e ainda patamar de autonomia relacionada à tomada de decisão, ou seja, quanto mais distantes do poder do governo, das instâncias de decisão, as dificuldades para articulação são maiores. O que acontece em muitos casos, como apontado por Vera Soares (2004) é que mesmo as coordenadorias da Mulher estando em gabinetes das/os prefeitas/os e governadoras/es, não dispõem de recursos próprios para desenvolver suas ações, sendo utilizados recursos do gabinete, que possuem uma mínima infra- estrutura humana, e sem orçamento acabam ficando limitadas. Certamente é o que ocorre no município de Coração de Maria, pois com a dificuldade que as mulheres têm de acessar as políticas públicas no meio rural direcionadas a autonomia e empoderamento, é muitas vezes devido a implantação das coordenadorias, como Soares (2004) chama atenção:

Na maioria das vezes as coordenadorias ainda estão localizadas nas Secretarias de Assistência Social, Cidadania - junto com o que as políticas públicas em geral consideram como minorias sociais: juventude, índios, portadores de deficiência, idosos, formam um conjunto de segmentos sociais considerados excepcionais. Em alguns casos é neste espaço que também estão as coordenadorias que tratam da questão racial. A mensagem transmitida então para a população é que ser mulher, com direitos é excepcional, é transitório e não passa a mensagem que as relações de gênero são estruturantes das relações sociais. Estas instâncias são responsáveis por propostas e avaliação das políticas públicas destinadas a: avançar na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida - social, político, econômico, educacional, cultural, político; aprofundar, difundir e garantir o pleno exercício de seus direitos e melhorar a situação das mulheres e sua qualidade de vida. (SOARES ,2004, p.125).

O programa que as mulheres conhecem é a previdência social, saúde da mulher, pois recebem informações das/os agentes de saúde e no PSF – Posto da Saúde da Família, que segundo a entrevistada Maria G., “a saúde precisa ser melhorada já que é um direito”. E o (PBF) programa bolsa família que duas das oitos interlocutoras são beneficiárias e dizem que contribuem bastante na renda familiar: Maria G diz *“que me ajuda muito também o bolsa família, não é muito mais ajuda”*. Maria M informa que recebe 285,00 reais do programa e que este valor ajuda nas despesas da família, principalmente quando precisa levar a filha ao médico em Salvador e ainda ajuda na compra dos materiais para desenvolver seus trabalhos

artesanais. Para as duas interlocutoras é o que oferece uma garantia de renda fixa, pois sabem que todo mês o dinheiro está na conta e ajuda bastante, não precisa pedi ao companheiro de acordo com Cintrão e Siliprandi, (2011):

O PBF elege como titulares dos benefícios as mulheres, que passam a ter sob seu controle, mediante senha pessoal, o “Cartão da Cidadania”. Partiu-se da premissa de que as mulheres pobres sofriam mais com os problemas inerentes à falta de recursos materiais, situação agravada pelas barreiras de gênero no acesso a direitos básicos. Ao mesmo tempo, considerou-se que as mulheres eram mais capazes que os homens de gerenciar recursos econômicos em prol do bem-estar de sua família e de seu próprio (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 214).

Um fato que Rego e Pinzani (2014) enfatizam é que o PBF cria um laço de pertencimento a uma comunidade política, pelo menos em potência, sendo necessária uma política de educação “cívica” relacionada a uma junção das sujeitas, criando sentimentos de pertinência, com objetivos direcionados a uma comunidade mais extensa, a nação. Isso por que, “o passado sem assistência alguma do Estado parece confirmar a ideia de favor, de dívida em relação ao PBF”. É proposto por ambos que essa relação somente será modificada quando existirem ‘políticas de cidadania’, como políticas culturais agregadoras, formação de espaços públicos de encontros, para debate e trocas de conhecimentos.

Nesse sentido, como propõe Farah (2004) a ação de políticas de gênero que incluam um olhar de gênero pelos os governos municipais é um processo, mesmo com anos de lutas ainda em construção. A inclusão do olhar de gênero e a definição do PNPM, como instrumento de orientação para ações que contribua para implementação de políticas públicas para mulheres rurais retirem do CCMR que visam construção da igualdade entre homens e mulheres de forma associativa por meio da economia solidária. Sendo assim, as políticas públicas de acordo com Soares (2004):

As políticas públicas devem respeitar proteger e promover o usufruto dos direitos civis, político, sociais, culturais e econômicos – de todas as pessoas e considera-las como cidadãos com direito a ter direitos, independentemente de sua classe, raça, etnia, idade, estado civil, local de moradia, ocupação que exerce e “identidade sexual”. Uma forma determinante para garantir a universalidade e a garantia de direitos é a definição de mecanismos para a participação e controle social. O controle social é a dimensão estratégica da participação cidadã. Envolve a definição de parâmetros de avaliação e o debate de questões de interesse público, que traduzem em diretrizes, prioridades e metas. Portanto, o controle social exige o monitoramento permanente das políticas, desde a definição dos recursos orçamentários até sua efetiva aplicação. Esse Controle social vai além do controle interno ou tecnocrático, para tornar-se vinculado a um projeto político. Para o controle social e fundamental a transparência política de atos e omissões perante a sociedade. (SOARES, 2004, p.124).

Diante do exposto as políticas públicas voltadas para as trabalhadoras rurais têm a sua fonte na economia solidária, que muito mais que uma iniciativa de trabalho coletivo, é uma proposta de mudança das relações produtivas e de práticas solidárias. Como veremos no capítulo abaixo as iniciativas das mulheres do Retiro estão afinadas com essa nova forma de busca da autonomia produtiva.

3. CAPITULO III: ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS ARTESANAIS DO RETIRO (APAR): ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO.

Neste capítulo será analisada a incorporação da Economia Solidária, no CCMR e a prática de associativismo entre as mulheres, com perspectiva de gênero em empreendimentos solidários. E os nós encontrados para a construção da Associação das Produtoras Artesanais de Retiro, seguindo as trilhas que as levaram ao processo de construção do empoderamento.

3.1- A incorporação da economia solidária no CCMR e a prática de associativismo das mulheres.

Como forma de superar o capitalismo e enfrentar os problemas econômicos e sociais no mundo, surge uma nova prática conhecida como Economia Solidária (ES) progressivamente conceituada de um modo empírico, a partir das ações de atrizes e atores sociais. Em um sentido mais amplo, são iniciativas organizadas economicamente sem intervenção do Estado. Geralmente são empreendimentos baseados na coletividade e solidariedade, que visam renda e, acima de tudo, transformação social. Originados especificamente por pessoas que residem em países periféricos e que vivem a crise no mundo do trabalho provocada pela precarização das relações do trabalho e pela mundialização do capital, que, conseqüentemente, contribuiu para pobreza.

Segundo Singer (2002), a economia solidária nasce depois do capitalismo industrial, como reflexo ao pasmoso empobrecimento dos artesãos, causado pela expansão das máquinas e da organização fabril de produção. A Primeira Revolução Industrial aconteceu na “Grã-Bretanha”, antes do corte em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado atual da precarização de exploração do trabalho. Assim, a atual realidade transforma a economia solidária em estratégia de emergência para a sobrevivência, a qual serve de auxílio as/os trabalhadoras/es que fazem parte de projetos comunitários, como Cooperativas Populares vinculadas à Igreja Católica e ONGs, que têm acesso a recursos internacionais. Neste contexto, Singer (2013) afirma que, desde então, a

economia solidária tem sido viabilizada pelo apoio dos movimentos sociais, apoiados pelos setores organizados da sociedade civil como:

Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais, sindicatos operários, movimento estudantil atuando em incubadoras ou entidades similares, movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, catadores de resíduos recicláveis, quilombos, indígenas, mulheres, egressos de manicômios, sem falar da solidariedade entre vizinhos que faz parte da cultura das classes trabalhadoras de baixa renda. (SINGER, 2013, p.18).

Foi com o apoio do sindicato rural que as mulheres da comunidade de Retiro iniciaram a trajetória de organização, fundando o CCMR que, a partir deste capítulo, será reconhecido como APAR – Associação das Produtoras Artesanais de Retiro, conforme o processo de registro da associação. A forma de se organizar em coletividade e solidariedade para comercializar os produtos confeccionados por cada uma das mulheres e dividir igualmente seria efetivamente consumado com a formação de uma associação, assim a solidariedade estaria economicamente organizada.

De acordo com Singer (2002), a solidariedade na economia só pode se consumir se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir e poupar. Então, a solução para o desenvolvimento dos trabalhos realizados é a “associação entre iguais em vez de contratos desiguais” (SINGER, 2002, p.9).

Assim compreendida por Schiochet (2012), a economia solidária é uma concepção utilizada para definir as ações econômicas organizadas coletivamente pelas trabalhadoras/es que se associam e praticam a autogestão. Em algumas situações pode acontecer desordem da prática autogestionária, em grande parte, devido à falta de formação democrática das/os associadas/os. No entanto, Singer (2002) afirma que:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tomando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. Acontece que, até agora, grande parte dos cooperados se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial [...], ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa. (Singer, 2002, p.21).

Assim, a autogestão pretende ser uma organização social eficiente em tornar empreendimentos solidários, além de economicamente produtivos, centros de interação democráticos e igualitários, que é o que os praticantes precisam. No caso da Associação das Produtoras da APAR, baseada na autogestão, tem configurado uma identidade associativa, sendo propício ao exercício da democracia, formando um relevante fator de reconhecimento de cidadania e construção de identidade local, interação social e cultural no exterior do sistema dominante, lutando contra o autoritarismo e opressão da mulher, participando tanto da política local como dos sindicatos. Essa situação é representada no caso de uma das interlocutoras, Maria B., candidata a presidenta do sindicato rural, eleita em 2013 e Maria J., indicada à presidenta da APAR, as quais expuseram suas ideias através das seguintes falas:

O povo tem uma resistência, é mulher, aí tem aquele preconceito de achar que a mulher não é capaz. [...]. Mesmo o país tendo uma mulher como Presidenta, ainda tem esse preconceito né! Mas graças a Deus acho que estou sendo bem aceita. Tenho observado, onde, tenho andado e dentro do nosso grupo eu tenho apoio de todas e não é minoria, todas estão me dando forças e espero que dentro do sindicato que a gente vença, e possa desenvolver um trabalho bom, não só na questão de mulheres como no município. (MARIA B., 25.09.2013).

Maria J desabafa em relação ao apoio dos gestores locais:

Os vereadores aqui fazem vista grossa com a gente, até mesmo quando vamos procurar ajuda para patrocínio, para realização de feiras de artesanatos, *mostrou* foi dificuldade, “- a gente também é desse tipo”, falou uma vez, quando não quis ajudar. Então a gente prefere andar com nossos próprios pés, pois quando a gente vai falar já se sente humilhada. Uma vez a gente fez uma feira fora, uma pessoa da região que anunciou em carro de som e um vereador iria pagar pelo carro para nos conduzir até a feira, aconteceu que o rapaz esqueceu de anunciar o nome do vereador, então o vereador

me procurou e me encheu de desaforos e fez o mesmo com a outra colega (Maria B). Então essa pessoa não está pensando em nos ajudar, só está pensando nele, no patrocínio, em publicar o seu nome. (MARIA J., 29.09.2013).

Com a associação criada e legalizada nós pretendemos estar buscando fundos do órgão do governo, para que possamos comprar equipamentos, materiais, por que temos muitas dificuldades, para estarmos trabalhando, pra poder crescer, não só com nós mulheres que já estamos na faixa de senhora, pretendemos trazer também o sexo masculino, os jovens, adolescentes vamos pensar uma maneira para poder engajar eles junto conosco e também pra estar crescendo o nosso município, o lugar onde a gente mora, que é um lugar pequeno, mas a gente quer crescimento e também uma renda para complementar nossas despesas [...]” (MARIA J., 29.09.2013)

Com as falas das interlocutoras foi possível perceber que a forma de organização associativa está transformando as suas vidas e que o trabalho considerado reprodutivo, como o fuxico, o crochê, o biscuit entre outras formas de artesanatos produzidas, levam as mulheres participantes da APAR à posição²⁶ da construção do empoderamento político, social e cultural, por meio da Economia Solidária que, para Graciete Santos, é conceituada como:

Um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da cooperação, solidariedade, e justiça social. Tem como centro a valorização do ser humano, nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo. É, portanto, a valorização das relações sociais, considerando a sustentabilidade ambiental, igualdade, justiça de gênero, raça e o reconhecimento e valorização do trabalho reprodutivo, como fundamental para a humanidade. (SANTOS, 2009, p.9).

Destarte , quando as Mulheres da APAR se mobilizam, no sentido de mudança em busca de melhores condições de vida e espaço na política, participando das decisões na comunidade, estão se constituindo enquanto sujeitas políticas, lutando para romper com as desigualdades locais existentes, isso porque antes as mulheres viviam em relações subalternas e dominadas, sendo fruto das relações de gênero, como afirmam Costa (2000) e Sardenberg (2006), tais relações surgem através dos aparelhos ideológicos da sociedade, das crenças, das tradições, da cultura e também da divisão sexual e social do trabalho que para as autoras formam mulheres e homens como sujeitos bipolares e assimétricos.

²⁶ Segundo Ana Alice Costa a posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com a dos homens, isto é; a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens. (COSTA, 2000, p.40).

Dessa forma, o processo de mudança, o ato de se organizarem coletivamente, construindo trajetórias para legalização da Associação das Produtoras Artesanais, buscando apoio municipal e federal para adquirirem e garantirem melhores condições no trabalho que desenvolvem na associação, além de englobar homens, jovens e idosos, pensando no desenvolvimento do município (mesmo sem terem consciência do significado), é um caminho para construção do empoderamento. Importante informar que o conceito de empoderamento utilizado é o mesmo da professora Ana Alice Costa (2000). Conforme a mesma:

É o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (COSTA, 2000, p. 42).

Portanto, quando pensei a pesquisa sobre organização de mulheres rurais, foi utilizando o termo “gênero” como uma “categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1990). Ademais, gênero é um elemento indispensável das relações sociais fundamentado nas diferenças entre os sexos e as relações de poder, que permitem entender o mesmo como constituinte das identidades do/a (s) sujeito/a (s). Seguindo a pretensão de:

Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades múltiplas: identidades que se transformaram que não são mais fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. (LOURO, 1997, p. 24).

Nesse sentido, compreender as trajetórias, experiências de vida das mulheres integrantes da Associação das Produtoras Artesanais, com a pretensão de tornar visível a luta para formalização de uma Associação de Produtoras Rurais, logo esse processo de organização se constituirá em transformações a partir das relações vividas e sentidas pelas diferentes mulheres rurais.

3.2 A perspectiva de gênero em empreendimentos solidários: os desafios encontrados na formação de uma associação.

De acordo com Guérin (2005), as mulheres são frequentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária, mas o que é mais significativo que isso, é que esses empreendimentos, sob a condição de que sejam reconhecidos por seu justo valor, têm uma possibilidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos. Isso porque, a autora considera que a pobreza se feminiza e as desigualdades entre os sexos persistem. Como as mulheres ficam mais expostas à pobreza, pois recebem os menores salários, são mais fortemente atingidas pelo desemprego, são chefes de famílias, mães solteiras e enfrentam grandes dificuldades para ocupar cargos assalariados, o acesso ao crédito e as terras são limitados e, dessa forma, a maneira de encontrarem novas possibilidades é por meio da solidariedade.

Em estudo realizado na França, Guérin (2005) ressalta que as mulheres jamais estiveram ausentes desses modos de organização, tende-se a negligenciar ou até mesmo ocultar o papel decisivo do grupo de mulheres no movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX. Essas práticas associativas tinham o objetivo de responder às necessidades básicas dos mais desfavorecidos em relação à saúde, o analfabetismo, falta de educação higiênica, cultural e social.

Já na África Ocidental, segundo Borges (2006), o associativismo feminino tem sido relacionado com as relações de poder entre os gêneros que, nas sociedades pré-coloniais, se caracterizavam pela dominação masculina das organizações sociais estruturadas a partir do sistema de linhagens. Excluídas das estruturas de poder linhageiras²⁷, as mulheres encontraram nas organizações associativas de base voluntária e igualitária, sustentadas pela solidariedade e partilha de interesses individuais e coletivos, uma estratégia de acesso ao poder público.

²⁷ Segundo Manuela Borges (2006), a posição social da mulher nas sociedades linhageiras, em que as hierarquias baseadas na senioridade e gênero, dispensando a participação das mulheres no poder e autoridades públicos, e instituindo assimetrias que marginalizavam socialmente as mulheres, teria propiciado os motivos, os meios e as oportunidades para a sua autonomia e individualização, concorrendo para o fenômeno do associativismo voluntário feminino.

É nesse contexto que as mulheres se organizam na APAR, com o objetivo de angariar melhores condições de vida, não só para mulheres participantes da futura associação, mas para toda a comunidade, como uma forma de adquirir recursos do governo por meios de editais de projetos e instituições internacionais, ONGs, como reforçam algumas interlocutoras:

Porque a associação legalizada tem recursos, não é? Como a gente trabalha nessa área tem verba, pode vir uma máquina, uma ajuda de custo para comprar o tecido... E hoje é muito difícil, não tem renda nenhuma para comprar o material, às vezes investir 200 reais não tem retorno. (Maria G. 28.09.2013).

Ainda não tenho muito conhecimento dos meus direitos e nunca ouvir falar do Plano de Políticas para Mulheres... Com a organização fica melhor 'pra' gente. Não temos palestras sobre os nossos direitos, sobre a saúde da mulher, reforma agrária... Tem que desenvolver aqui na associação. Os vereadores (as) não desenvolvem projetos para nos incentivar. (Maria N., 29.09.2013).

Assim, suprir a ausência do Estado e da gestão municipal para empreendimentos de caráter solidário formados por mulheres que, como enfatizam Teodósio e Mundim (2012), buscam romper com o padrão clientelista que predomina na assistência às populações pobres e rurais, fomentando o desenvolvimento de uma atitude cidadã por parte das pessoas envolvidas nessas configurações, valorizando o livre arbítrio, a consciência dos direitos civis e o envolvimento na comunidade.

É muito significativo destacar que essas novas organizações solidárias são constituídas principalmente por mulheres negras, que no Brasil é muito relacionado com a África, onde as relações estão baseadas nas desigualdades de gênero, classe e raça. Desse modo, essas relações também podem ser explicadas pelas interseccionalidades. De acordo com Crenshaw, estas são: “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. (CRENSHAW, 2002, p.17).

Portanto, as mulheres, principalmente as negras, enfrentam os entrecruzamentos simultâneos de todos os eixos da opressão, como: vulnerabilidade, subordinação e desempoderamento, sexismo, racismo. Um aspecto sobre o qual Crenshaw (2002) chama atenção é o da superposição entre a subordinação de raça e a de gênero, ressaltando que mulheres rurais e urbanas de

comunidade racial, cultural ou economicamente marginalizada “têm se organizado ativamente, em pequena e grande escala, a fim de modificar suas condições de vida”. (CRENSHAW, 2002, p.181). Assim se dava a falta de acesso aos estudos, como no caso de duas interlocutoras, marcadas também por ordens patriarcais, pois quando adolescentes tiveram os estudos interrompidos, cursando apenas o ensino fundamental incompleto. Conforme os relatos, isso acontecia porque para os seus pais não havia a necessidade de estudar, o importante era trabalhar na roça e ajudar na criação de outros membros da família. Essas mulheres enfrentam, diariamente, os fluxos da opressão, marcados por raça, gênero, geração e sexualidade e, veem na organização uma perspectiva diferente, uma oportunidade de retomarem os estudos, como dizem Maria M. e Maria G.

A falta de estudos me prejudica no andamento, eu me sinto envergonhada, pois eu sou quase analfabeta e, muitas vezes, quando estamos fazendo exposição em outros lugares eu não dou entrevista, porque não sei falar direito, então tudo sobra 'pra' Maria J. Mas eu vou voltar a estudar de noite, eu comecei e depois parei, mas irei retornar, porque é preciso. (Maria M., 29.09.2013).

Eu não estudei porque meu pai, naquele tempo, achava que escola não prestava, '- não vai trabalhar fora!', – 'pra que estudar?', então dizia que ia estudar em outro lugar, mentira! E eu era bestinha. Eu me arrependo tanto [...] Hoje eu teria feito alguma coisa e não estaria na roça. (Maria G. 28.09.2013).

Na prática, as mulheres assumem a responsabilidade exigida pelas políticas de ajustes estruturais das economias em desenvolvimento (CRENSHAW, 2002), pois são as mulheres que sofrem quando o Estado não ampara os jovens, os idosos e os doentes. No caso das Mulheres Produtoras Artesanais do Retiro, são as principais responsáveis pelo cuidado da família, além do cuidado com os quintais baseados na agricultura familiar e animais de criação, são elas que se sobrecarregam para modificar as suas vidas, as dos jovens e idosos da comunidade.

Com relação à educação, a entrevista realizada com as mulheres de Retiro revelou que a maioria não completou os estudos, situação que as deixa vulneráveis e, por possuírem identidade étnico-racial, de acordo com (CRENSHAW, 2002, p.179), “podem ser excluídas das oportunidades educacionais ou ter menos anos de estudos em relação aos homens do seu grupo ou às mulheres da elite”. Esse contexto confere com as vivências das mulheres negras da APAR, devido ao fato de a maioria não ter tido acesso à educação, motivo que limita e dificulta a prática da

autogestão na associação. Bem como terem pouco acesso aos incentivos dos gestores/as municipais, o que as leva a não se sentirem seguras para resolverem os problemas burocráticos. Dentre as dificuldades relatadas por elas no período de formalização da Associação, foram durante a elaboração do estatuto da mesma e o cuidado no processo de legalização, fato esse que sobrecarregou as mulheres que conseguiram completar o ensino médio.

Diante das dificuldades encontradas para legalizar a associação e ver outras colegas sobrecarregadas, Maria M. compreendeu que estudar é fundamental para o desenvolvimento do trabalho realizado. Portanto, percebeu que era necessário fazer um esforço para voltar a estudar à noite. Maria G. entendeu que seus pais decidiram por ela, que se fosse hoje estaria estudando e teria uma perspectiva diferente. Ela sabe que existem direitos que defendem as mulheres e que é direito estudar. Esse fato de dizer que não estaria na roça é justamente a conscientização dela diante da falta de oportunidade e valorização do trabalho.

Na educação, as desigualdades entre rural e urbano, conforme Hereida e Cintrão (2006), sobrepõem as diferenças de gênero. Porém, diferente do caso das mulheres urbanas, a difusão da escolaridade não necessariamente se reflete em melhores condições de trabalho para mulheres rurais. A autora informa, citando Teixeira (1994), que: o investimento em formação e capacitação de mulheres rurais para os trabalhos relacionados à agricultura em geral são negligenciados, mas tem relevância e urgência em relação ao ensino formal, porque esse aprendizado pode contribuir para “diversificar as opções de trabalho das mulheres e edificar sua renda e fortalecer sua posição pessoal”. (HEREIDA; CINTRÃO, 2006. p. 3).

O grupo de mulheres da APAR foi em busca de ajuda para concretizar o projeto da Associação das Produtoras Artesanais em Feira de Santana, e obtiveram a ajuda da FETAG -Federação dos Trabalhadores e Trabalhadora na Agricultura do Estado da Bahia e da UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia. A busca de ajuda em instituições de outros municípios surgiu depois de tentativas, sem muito sucesso, na Secretaria de Agricultura Familiar de Coração de Maria, que, de acordo com as informações da Coordenadora de Gênero da Secretaria, Luciene Maria Crispim, já trabalha com assessoria e capacitação das mulheres rurais em parceria com os municípios, como Conceição de Jacuípe e Serra Preta , juntamente com EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola e CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do

Brasil no SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural que implantou o PNAI - Plano de Ação para Inclusão, voltada para mulheres rurais, porém as mulheres da APAR, não estão envolvidas nesta parceria.

Na Secretaria de Agricultura Familiar do município, as mulheres não conseguiram acesso à assessoria para desenvolver de apoiar projetos, isso pode ser explicado, como afirmam Cintrão e Siliprandi (2011), devido aos problemas históricos em que a mulher não é considerada a principal geradora de renda da família e nem mesmo sujeito político, isso gera dificuldades de acesso à assistência técnicas específicas para os diferentes sujeitos existentes (no caso as mulheres e os jovens). Ainda predominam trabalhos com as mulheres relacionados à atividades não agrícolas, realizadas na esfera da casa, que reforçam papéis tradicionais ou específicos, distanciando-as das atividades agrícolas e empreendimentos econômicos. Foi possível perceber o pouco apoio e incentivo à auto-organização de grupos produtivos de mulheres em Retiro, como ferramenta para o seu fortalecimento na superação das desigualdades.

No entanto, em conversa com José Maurílio, representante da Secretaria de Agricultura Familiar do município, foi possível perceber que não existe aproximação com as mulheres do artesanato de Retiro, pois as mesmas trabalham direto com o sindicato, mas têm a intenção de fazer uma ação sobre associativismo e cooperativismo com apoio da UEFES – Universidade Estadual de Feira de Santana e do Ministério do Trabalho e Emprego. Desse modo, a instabilidade das informações, o processo burocrático para legalizar a associação, as promessas não cumpridas até o período da pesquisa, fizeram as Mulheres da APAR irem, em busca de garantias e efetivação em outras fontes, devido à falta de acesso, de possibilidades que o município deveria fornecer, como desabafa uma das Marias:

Não tivemos apoio da administração passada e agora não temos muito apoio dos vereadores para nos ajudar em organização e em outros conhecimentos. Tá faltando apoio de outras pessoas, do município, dos vereadores, do secretário de educação, que também faz parte da educação e, do próprio prefeito ou outras instituições para nos ajudar a montar essa associação que depende de advogado, depende de dinheiro para registrar uma ata, para poder criar o nosso CNPJ e também precisamos de apoio político. Eu acho que se a gente não conseguir vamos caminhar com nossos próprios pés e vamos chegar lá em nome de Jesus [...] (Maria J. 27.09.2013).

Com a intenção de ajudá-las, em 2014, fui até o CESOL - Centro Público de Economia Solidária, situado no bairro de Sussuarana, próximo ao Centro Administrativo da Bahia – CAB, em Salvador, o objetivo do centro é atender empreendimentos de economia solidária no campo da assistência técnica e capacitação, juntamente com a parceria da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. No entanto, para que as mulheres da APAR conseguissem as capacitações teriam que estar com a associação registrada, com um CNPJ, ou através da articulação do gestor do município com o CESOL mais próximo do município, no caso seria o da cidade de Feira de Santana, pois o centro existe em alguns municípios da Bahia. Como a associação estava em processo de registro, informei da existência do Centro em Feira de Santana.

Os obstáculos encontrados pelas mulheres rurais para conquista da independência econômica são questões relevantes que vêm sendo estudadas pelos movimentos de mulheres e pela economia feminista, conforme dizem Cintrão e Siliprandi (2011),

São muitas as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de investimento das famílias, mesmo que contribuam com o seu trabalho para a geração desses resultados financeiros. O seu acesso direto ao dinheiro frequentemente é dificultado pelo fato do seu trabalho ser considerado 'uma ajuda' e daquelas atividades que estão sob sua responsabilidade direta gerarem poucos recursos. Os dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro. (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p.189).

Nessa perspectiva, juntamente com o desabafo de Maria J, foi possível perceber os nós encontrados, a falta de apoio para registrar uma associação e se irem em busca de novos parceiros para garantir melhoria nas condições de vida. Todavia, conseguindo o apoio da FETAG para orientar a organização, as mulheres iniciaram, em 2012, a participação em oficinas de artesanato com materiais reciclados e curso para promover a integração das famílias e das comunidades. Dessa forma, buscavam a valorização do meio ambiente, através do uso de materiais recicláveis, melhorias na autoestima e da renda familiar.

A Unicafes tem realizado assessorias para a realização das feiras de artesanato, culinária e, no processo de registro da APAR, que com muita luta e determinação, as mulheres conseguiram elaborar o estatuto da associação (Anexo

A) em dezembro de 2014. E essas melhorias estão asseguradas no Artigo 2º do mesmo, com as seguintes finalidades:

a) Promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores através de iniciativa artesanais, reciclagens diversas, bem como o desenvolvimento de cursos nesta área e cultivo da Agricultura Familiar das Comunidades; b) Representar a associação junto aos poderes instituídos; c) Promover e contribuir para o desenvolvimento humano, agrícola, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade, sem distinção de cor, raça, religião e/ou idade; d) Receber e administrar recursos financeiros, ou de qualquer espécie e de qualquer natureza, público ou privado, nacional ou internacional; e) Colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas da comunidade, pleiteando as respectivas soluções; f) Desenvolver trabalho com a criança, adolescente e idoso proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida; g) Desenvolver cursos de artesanato e outros, de acordo a necessidade de capacitação das produtoras/es; h) Desenvolver atividades festivas, feiras artesanais e culturais.

(ESTATUTO da associação das produtoras artesanais do Retiro. Coração de Maria/BA, 2014, p.1-2).

Assim, as possibilidades de variedade de mercados para ganhos econômicos estão muitas vezes submetidas ao apoio externo de organizações sociais e de entidades de assessoria pertencentes a órgãos do Estado ou de organizações não governamentais. Ainda de acordo Cintrão e Siliprandi (2011), a participação das produtoras rurais em atividades de comercialização tem a finalidade de melhorar a sua renda, ainda que seja relativamente pequena, contribui para promover a sua autonomia econômica. Penso que essa concretização do projeto das mulheres da APAR com ajuda de instituições e de Políticas Públicas contribuirá para preservação da população no campo, do desenvolvimento rural sustentável, além de ocasionar a preservação do meio ambiente e a diminuição do êxodo rural.

Uma experiência de sucesso de desenvolvimento local com associações e ONGS é a do município de Pintadas, situado a 250 km de Salvador, na região do semiárido, de acordo com o estudo de caso de Carlos Milani (2003), o movimento de caráter popular e organizado com base nos produtores rurais, sob a liderança da igreja católica, em seguida das CEB's - Comunidades Eclesiais de Base e de ONGs internacionais. Ao refletir sobre o desenvolvimento local, a partir da experiência do município de Pintadas, Milani esclarece que:

O desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local [...]. O desenvolvimento local pode ser considerado como conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais - vistas sob óticas Intersetorial e trans-escolar - que participam de um projeto de transformação constante da realidade local [...]. É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto integrado no mercado, mas não somente: O desenvolvimento local é também fruto de conflitos, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projeto de natureza social, política e cultural. (MILANI, 2003, p. 1-2).

Entretanto, Guérin (2005) chama atenção para o fundamental apoio ao desenvolvimento dos empreendimentos, observando suas potencialidades, mas também seus limites. Reforçando que:

Não apenas esses grupos podem ser antidemocráticos e exclusivos, mas, além disso, sua ação, por mais justa e eficiente que seja, não seria suficiente para atenuar a fragilidade e as carências, e em certos casos a ausência de Estados de direito. Ela tampouco seria suficiente para justificar a diminuição do auxílio público internacional ou ainda para ocultar o caráter desigual das trocas internacionais. Ao mesmo tempo, a aposta da economia solidária é decisiva; para as mulheres é o único meio de ter acesso a direitos fundamentais em termos de saúde, de educação e de atividades geradoras de renda, especialmente pelo caminho do acesso ao crédito. (GUÉRIN, 2005, p.24)

A autora está se referindo aos espaços de troca das mulheres, de intimidade e sociabilidade, que são considerados privilegiados por serem de existência feminina, criando suporte para seu desenvolvimento individual e coletivo, mas reforça que não são suficientes para suprirem as carências e a ausência do Estado em relação a esse tipo de empreendimento que leva as mulheres ao caminho das transformações e do empoderamento.

3.3 - ENTRE AGULHA E NÓ: O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO.

Não vamos ficar aqui paradas só na agulha, esperando o cliente chegar para comprar alguma coisa. Vamos correr atrás de nossos direitos, como a saúde, aposentadoria e outros direitos. Queremos nossos direitos, buscar essas realidades. (Maria J. presidenta da APAR.).

De acordo com a feminista Costa (2000), “a definição de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena”. (COSTA, 2000, p.43). Assim o termo foi usado inicialmente pelo movimento de mulheres nos anos 1970. Para as feministas, conforme Sardenberg, o empoderamento de mulheres é:

O processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do ‘empoderamento’ é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Então, quando um grupo de mulheres se organiza e percebe que participar das atividades em ambiente público tem um significado muito importante em suas vidas, que provoca um reconhecimento dos seus direitos e surge a vontade, a necessidade de se envolver com o desenvolvimento da comunidade, e que as atividades na agricultura, na casa, no ambiente familiar têm que ser compartilhadas; é o início da construção do empoderamento, por meio de uma organização coletiva.

Com os diversos aspectos transformadores na vida das Mulheres da APAR, principalmente, por a economia solidária ter características e iniciativas práticas geradoras de renda e que são consideradas um conjunto de experiências coletivas de trabalho importantes para estudiosos do tema. (SINGER; GAIGER, 2002, 2007).

As mulheres da APAR reconhecem na organização uma nova forma de trilhar os caminhos por meio da solidariedade, conhecendo e resgatando as suas histórias de vida através de conversas nas reuniões; assim, constroem conhecimentos e buscam alternativas que contribuam para o desenvolvimento de seu

empreendimento, visando gerar renda. O trabalho não visa somente contribuir com a renda familiar, mas adquirir, durante o processo, cada vez mais, conhecimentos e autonomia. Desta forma, as mulheres participantes são sensibilizadas acerca da relevância dos trabalhos artesanais produzidos por suas próprias mãos, que são bastante significativos para elas e a comunidade e, por isso, devem ser valorizados e visibilizados.

As mulheres não têm só a intenção de comercializar os produtos confeccionados, o propósito é, também, interagir com outros grupos e trocar experiências, usando as feiras de economia solidária como grandes oportunidades de desenvolvimento sustentável e escambo de ideias. Este intercâmbio auxilia no processo de modificação da realidade social em que estão inseridas estas mulheres, uma vez que passam a pensar nas outras mulheres, nas/nos jovens, idosas/os, nos homens da localidade, mesmo sabendo que esta realidade é construída para além de uma associação. No entanto, acreditam que o caminho para alcançar possíveis transformações sustentáveis passa pela efetivação das políticas públicas, capazes de diminuir as desigualdades sociais e de gênero em áreas rurais, apesar das dificuldades enfrentadas pelo trabalho associativo.

No entanto, em uma pesquisa realizada por Vilasboas (2011) em Goiana (GO) em Capinas (SP), baseada em empreendimentos da economia solidária, a socióloga destaca, citando Ricardo Antunes (2005), que esse tipo de trabalho tem em comum o fato de ser amíúde, instável mal remunerado e marcado pela precariedade e desregulamentação. Sendo que esses postos de trabalho são terceirizados, subcontratados, par-time²⁸, temporários, cooperativos, flexíveis, em domicílio, autônomos e, marcados, pelas transversalidades de gênero, raça/etnia, geração etc.

Segundo Vilas Boas (2011), o trabalho associativo baseado na economia solidária, faz parte desse processo de precariedade e desregulamentação e se torna cada vez mais presente no interior de vários países, sobretudo no Brasil. No caso da organização do trabalho das Mulheres retirenses da APAR, o que provoca o desconforto é a instabilidade, o trabalho autônomo, a falta de crédito e de Políticas Públicas, que faz a organização se desarticular, conforme os depoimentos das interlocutoras Maria G. e Maria V.

²⁸ É um trabalho realizado de forma parcial, ou seja, metade do tempo, pessoas contratadas para tirar folgas, férias ou cobrir faltas de funcionários(as) de determinada empresa com objetivo de obter lucro. Ver obra de Ricardo Antunes (2005).

E eu estou até hoje, tinha muitas mulheres, umas 20 aí foi saindo. É assim, o povo quer as coisas mais não quer ter gasto, não querem ajudar, estou até hoje, mas não pedi pra sair. É difícil, porque as vendas são poucas, vende, mas é pouco e tem que pagar aluguel. Mas agora não, o prefeito está pagando, só quem nem pode falar, pois se cai na boca do povo já viu... (Maria G., 25.09.2013).

Eu acho que o social é a prefeitura que faz a gente expandir para coisas, pois o social pode dizer assim, elas fazem parte de tal associação e encaminhar agente, para as feiras. Tem dias que abre o espaço à tarde não entrar ninguém aí as pessoas ficam desmotivadas, não tem ninguém, não tem incentivos. (Maria V., 29.09.2013).

De fato, o início do processo da organização da associação e as falas das entrevistadas se inter cruzam com a preocupação de Villas-Boas (2011) em relação à precarização do trabalho, analisado de forma crítica por alguns estudiosos citados, como Lima (2006), que critica as cooperativas por, na grande maioria das vezes, constituírem organização dos trabalhos flexíveis, enquanto autônomas, passam pelo risco de perder seus princípios autogestionários, devido à demanda no mercado. Tornando o trabalho precarizado e as/os trabalhadoras (es) perdem seus direitos trabalhistas. Castel (1998), citado também pela socióloga, fomenta que a economia solidária não é inovadora e não se sustenta por muito tempo, pois é pouco visível e não consegue sequer ultrapassar o estágio experimental, e afirma que elas não podem ser pensadas como políticas de emprego. Segundo Quijano (2002 *apud* VILABOAS, 2011, p. 220), os empreendimentos só conseguem sobreviver através de redes de relações comerciais e financeiras no mercado capitalista, ou seja, completamente contraditório ao seu potencial, enfatiza que o tempo de trabalho é muito curto e a organização do trabalho não é muito diferente de empresas capitalistas.

Assinalando ainda que estas iniciativas emanam a partir do apoio de instituições assistencialistas, que ajudam a estreitar laços entre os membros, porém quando a ajuda financeira é interpelada logo se desestruturam e as que permanecem transformam-se em pequenas empresas capitalistas. De certa forma, concordando com Vilasboas (2011), é muito relevante contrastar a existência empírica com a finalidade de entender até que ponto as considerações estão em harmonia com o dia a dia do trabalho no interior desses empreendimentos, bem como o que tem significado para as mulheres.

A proposta da pesquisa é justamente compreender de que forma a construção da associação tem modificado a vida das mulheres produtoras retirenses, os impactos positivos para a comunidade e para o ambiente familiar, e como elas estão vivenciando o processo de trabalho em ambiente público. Referente à associação, todas as interlocutoras disseram que, mesmo estando em processo de legalização para serem beneficiadas com projetos, a mesma tem mudado suas vidas. Principalmente, em termos de educação, cursos de artesanatos, conhecimentos acerca de seus direitos, mesmo a renda não sendo fixa, pois para elas é muito importante a troca de informações com as outras mulheres e **interação** com outros grupos, quando participam de feira de artesanato e agricultura familiar em outros municípios, pois assim percebem como é a diferença de estarem organizadas e terem acesso às Políticas Públicas.

A gente continua insistindo nesse projeto, porque é uma coisa nova, ninguém tinha, é diferente e nós pensamos não só em nós, como em outras pessoas, nos adolescentes e nos idosos. Pensamos também no crescimento do lugar, e por isso, que não desistimos e aprendemos muito aqui dentro e estamos passando para outras pessoas e isso é gratificante. Aqui tiramos um pouco do sustento apesar da renda ainda ser muito pouca, mas as pessoas estão apreendendo e tirando o sustento. Acho muito bom agente dividir o pouco que sabemos com as outras as mulheres. (Maria J., 27.09.2013).

Eu acho que eu e todas as colegas queremos é que isso vá em frente, que saia das prateleiras e vá para fora, acho que o desejo da gente mesmo até de sentimento, é que os nossos produtos saiam, está sendo vendido lá fora, não importa se seja para o interior ou em Salvador eu acho que todo mundo aqui iria ficar muito orgulhoso que os nossos produtos foram reconhecidos. (Maria V., 29.09.2013).

O centro é importante porque desenvolve o lugar, nós queremos que vá para frente, pois aqui no Retiro quase nada não vai para frente, não desenvolve, vai água abaixo, acaba. Falta muito incentivo, vereadores ganham as eleições depois esquecem a gente. Aqui é assim, prefeitos e vereadores ajudam mesmo os barões aqueles que não precisam, os pobres eles têm que ajuda os pobres não tem vez não aqui onde a gente mora é assim....Maria J tá correndo atrás do prefeito para pedi uma ajuda colocar um curso, disse que seria antes, agora só no final do ano. (Maria R., 26.09.2013).

Conhecimento mudou muito porque, a partir daí, a gente já tem hoje novos conhecimentos, por está conhecendo também novas pessoas, conhecendo outros grupos, trocando ideias sem falar na parte, que hoje, assim eu antes era uma pessoa deprimida, muitos problemas de saúde, pressão não sei se era porque ficava muito parada ai depois que comecei a me empenhar mais, conversando eu sinto isso uma terapia depois que comecei trabalhar, então hoje sou outra

peessoa me sinto melhor...e hoje tenho outros conhecimentos nessa área [..](Maria J., 27.09.2013).

Ao analisar os relatos das interlocutoras, percebemos que a associação não é apenas um local para o sustento financeiro, mas de transformação de vidas, um espaço para expressar suas reivindicações e fazer pressão sobre as autoridades públicas, em que elas se posicionam em relação à sociedade e, também é um espaço que contribui com o processo do empoderamento e melhora a sua qualidade de vida.

Costa (2000 *apud* STROMQUIST, 2002, p. 43), nos informa que os parâmetros do empoderamento, configuram - se com o processo que as Mulheres Produtoras Artesanais estão vivenciando pela: “construção de uma autoimagem e confiança positiva; desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação”. (COSTA, 2000, p.43). No entanto Sardenberg (2006) chama atenção para as divergências e convergências do empoderamento. No caso das divergências, alguns órgãos e agências utilizam o termo empoderamento como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza, etc. A autora afirma que não é um fim em “si próprio”. Para as feministas o termo empoderamento está relacionado ao processo citado acima, já em relação às convergências sobre o pensamento feminista em relação ao empoderamento explica que:

a) para se ‘empoderar’ alguém tem que ser antes ‘desempoderado’ - ex. as mulheres enquanto um grupo; b) ninguém ‘empodera’ outrem - isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de ‘empoderar-se’, ou seja, a si própria (pode-se, porém ‘facilitar’ o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto); c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de leva-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas; d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderada em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente. (MOSEDALE, 2005 *apud* SARDENBERG, 2006, p.3-4).

Dessa forma, empodera-se quem está desempoderada (o), no caso das mulheres, de acordo com os relatos acima de Maria J., Maria V. e Maria R., percebe-se o caminho para o processo do empoderamento por meio da atitude de insistir em

continuar com um projeto coletivo que vem angariar benefícios para comunidade. O conhecimento, que está sendo adquirido nesse processo de entendimento de seus direitos, leva a consciência crítica com relação à política local e o reconhecimento da falta de incentivos políticos na ajuda para o desenvolvimento econômico e cultural da comunidade, tem formado a sua consciência crítica. O desejo dos trabalhos artesanais saírem das prateleiras e serem valorizados está relacionado à mudança do espaço privado para público, são resultados da mobilização coletiva e mudança de posição na sociedade.

Por conseguinte, os agentes do empoderamento podem ser diversos e, percebendo a necessidade através dos depoimentos acima das entrevistadas, conforme Sardenberg (2006): “uma ativista de fora pode ser a facilitadora do processo trazendo novas ideias e informações que, não apenas conscientizam, mas também induzam ou encorajem a ação”. (SARDENBERG, 2006, p. 8). Porque não se trata de um processo individual, as transformações não acontecem sem ações coletivas, as falas das interlocutoras possuem dimensões coletivas, no entanto, é preciso que sejam embasadas politicamente em relação a importância dos trabalhos desenvolvidos na agricultura familiar, no espaço doméstico e os trabalhos com artesanato que são considerados reprodutivos, que tem acenado, estão dando uma outra perspectiva de vida para todas as mulheres participantes do Centro.

Nessa perspectiva, de acordo com Guérin (2005):

Propomos aqui que nos concentremos nas apostas da economia solidária em relação às desigualdades entre os sexos, questão crucial e curiosamente pouco estudada até agora. É urgente analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento que está em pleno desenvolvimento, as oportunidades e as perspectivas assim oferecidas, mas também os possíveis obstáculos (GUÉRIN, 2005, p.16).

Compreendo que é nesse sentido que devemos construir a consciência de integração. Pensar nas lutas dessas mulheres que estão brigando para construir um empreendimento de geração de renda, que estão construindo seus espaços na política, mulheres que estão lutando para viabilizar seus trabalhos artesanais, porque mesmo que elas estejam em estruturas produtivas, a divisão sexual do trabalho se mantêm sobrecarregando-as por conta do trabalho não remunerado. Isto posto, é relevante considerar as novas configurações de trabalho no campo que, hoje, como salienta Andrade (2009), não se sustenta unicamente da atividade

agrícola, mas dando apoio à agricultura familiar, a economia solidária vinculando ao desenvolvimento local no que se remete às dimensões sociais, econômicas e culturais.

Nesse contexto, como propõe Guérin (2005), a Economia Solidária pode ser entendida e visualizada como um dos caminhos existentes para a construção das relações de gênero mais igualitárias e para a melhoria das condições de vidas das mulheres em situações vulneráveis na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me dispus a pesquisar sobre organização de mulheres rurais, especialmente as mulheres rurais integrantes da APAR, participantes desse estudo, na zona rural do Retiro, distrito do município de Coração de Maria, mergulhei na história do grupo de mulheres, e nas suas histórias de vidas. Analisar e compreender essa organização de mulheres foi um dos grandes desafios analíticos e políticos. Como pesquisadora na área de gênero e diversidade, pretendo desenvolver trabalhos e pesquisas seguindo a trajetória da emancipação de grupos que são oprimidos.

O poder de resiliência dessas mulheres ao enfrentar todos os obstáculos com o objetivo de formar a associação-APAR me proporcionou experiências únicas e inesquecíveis. No trilhar dessa pesquisa, me deparei com o processo da desconstrução e desnaturalização de elementos simbólicos construídos para homens e mulheres. Como por exemplo: o cuidado com a limpeza e organização da casa, a preocupação com a educação do/a (s) filho/a(s), a agulha, o crochê são “coisas para mulheres”, já o machado, a direção de um veículo e os trabalhos fora de casa, principalmente no cargo de liderança são “coisas” ditas para o homem. As análises no terreno das concepções normativas que difundem esses elementos simbólicos de forma binária, são diariamente consolidadas e naturalizadas através da comunicação com instituições políticas, culturais, educativas e religiosas que fundamentam e evidenciam essas demonstrações no terreno das ideias e de suas atuações.

Esses processos devem contribuir para a compreensão de que a construção do modelo sexo-gênero, como também raça/etnia, classe e geração, são fundamentadas em uma variedade de causas que agem de maneira entrelaçada e concomitante, mas não de maneira ambígua e sim, envolvendo um conjunto de poderes que transitam nessas instituições ideológicas, que confirmam a condição de desigualdade e de submissão do outro. Revelar estratégias por onde o poder transita é indispensável para descortinar as hierarquias e condições de desigualdade entre gênero, raça/etnia, classe, geração e sexualidade.

Assim, a pesquisa identificou um caminho para o processo de empoderamento de um grupo de mulheres na zona rural, a partir da construção de uma associação vinculada à prática de economia solidária, percebido através de mudanças em busca

de melhores condições de vida, participando das decisões na comunidade e na política. Buscando a valorização do ser humano, nas relações de produção, trabalho, comercialização e consumo, das relações sociais, levando em consideração a sustentabilidade ambiental, e a visibilidade e valorização do trabalho reprodutivo, como indispensável para a humanidade.

Além de trazer à tona as vozes de mulheres que estavam sendo inviabilizadas historicamente e que vivenciavam a cultura patriarcal, as mulheres foram capazes de lutar contra essas condições. As mulheres retirenses, além do agravante da baixa escolaridade, tiveram que enfrentar os entrecruzamentos de todos os eixos da opressão (gênero, raça e classe social), ficando visível a superposição entre a subordinação de raça e a de gênero, como explicou Crenshaw (2002). Devido à situação rural e urbana de comunidade racial, cultural ou economicamente marginalizada, as mulheres têm procurado, em tais condições, se organizar de forma associativa e solidária, com o objetivo de modificar suas condições de vida.

Nessas condições, essas mulheres também enfrentaram a ausência de incentivos do poder público local para construção de empreendimentos de caráter solidário formado por elas próprias, buscando romper com o padrão clientelista que predomina na assistência às populações pobres e rurais. Além de gerar renda para as mesmas, o empreendimento tem contribuído, para mudar com a realidade da divisão sexual do trabalho, naturalizada pela cultura machista e sexista, e que se instaurou historicamente nas sociedades capitalistas e patriarcais. Sem contar que o trabalho realizado pelas mulheres da associação contribuiu significativamente para o deslocamento destas do espaço privado para o público.

Atualmente as mulheres conseguem manter suas atividades com autonomia, liberdade e participação em espaços públicos e políticos, trocando ideias, comercializando e compartilhando suas experiências de vida através da participação em palestras nas universidades locais. Apesar de abrir caminhos para novas possibilidades do “destino da mulher”, “nenhum determinismo biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”, mas são as relações sociais construídas entre o ser humano homem e mulher (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Ainda assim, e considerando as conquistas, as mulheres, de forma geral, continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado do/as filho (as).

Dessa forma, a necessidade de falar em igualdade de gênero é romper com o universo fechado do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para trilhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação (BANDEIRA, 2005). Assim, é fundamental que sejam oferecidas mais oportunidades e melhores condições para que as organizações de mulheres rurais continuem contribuindo com o desenvolvimento local, além de elevarem a autoestima das mulheres que estão exercitando sua própria autonomia em uma dimensão político-organizativa. Nesse sentido, as mulheres rurais têm um papel muito importante para o desenvolvimento local e sustentável, particularmente pela participação no processo produtivo da zona rural. Apesar do esforço delas, suas contribuições foram invisibilizadas pelo poder público local e do Estado, portanto, faz-se necessário maior controle social para inserção de políticas públicas com objetivo de apoio e capacitação das mulheres rurais.

E, acredito ser imprescindível que as capacitações sejam transmitidas por profissionais da área dos Estudos de Gênero e Diversidade que têm no cerne da sua formação o compromisso com uma pedagogia feminista, com olhar atento às especificidades de gênero. Portanto, darão significados a essa nova forma que estão vivenciando e vendo os novos modelos de configurações no mundo rural.

REFERÊNCIAS

- ABERLEY, Doug; GEORGE, Michael. **Introdução ao Mapeamento Biorregional**. Escritório do Tratado Oficial da Nação. Tradução Rafaela dos Santos Moreira. Tsleil-Waututh, novembro de 1998.
- ALVES, Margarida. **Coletânea sobre estudos rurais e de gênero no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). NEAD Especial / Ellen F. Woortmann. Renata Menache. Beatriz Heredia (organizadoras). – Brasília: MDA, IICA, p.356 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Boitempo Editorial, 2005. Disponível em:< <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto3.pdf>>. Acesso em: 04 abril. 2015.
- ANDRADE, Joseneide Maria Custodio de. **Emendando retalhos, gerando renda - uma estratégia para melhoria da qualidade de vida de agricultoras familiares no Sertão do Pajeú-PE**. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA; VIII ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA; I ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, set. 2009.p.1-7.
- Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública / Gustavo Venturi; Tatau Godinho (org.): Prefácio de Eleonora Menicucci, - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013. 504p.**
- BAHIA. Secretaria de Cultura de Estado. Coleção Política e Gestão Culturais: **Território e Identidade**. PERFAN, Mireya E.Valencia; OLIVEIRA, Roberto. Salvador. SCE, p.55, 2013.
- BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM UnB, Brasília, Janeiro, 2005.
- BEUAVIOR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2.ed. Difusão Europeia de livros,1967.
- BORGES, M.; FREITAS, J; FERREIRA, L. **Relações de Alteridades e Identidades: Mandjuandades na Guiné-Bissau e a Irmandade da Boa Morte na Bahia**. Impulso, Piracicaba, 2006.Disponível em:<<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp43 art06.pdf>>. Acesso em 02 de jun. de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL - Secretaria de Promoção da Igualdade - Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher - II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Salvador, Bahia, 2009. 119p.

BRASIL. II PLANO NACIONAL DE POLITICAS PARA MULHERES. Brasília: Secretária de Políticas para as Mulheres, p.236, 2008.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **A Categoria Geração na Pesquisa Científica**. In: XXII SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM – SENPE -, 2003, Porto Seguro.

BUARQUE, Cristina; OLIVEIRA, Maria de; TAVARES, Celma. **Semeando a Cidadania**. Recife: Secretaria Especial da Mulher.2008

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. **Mulheres e Reforma agrária no Brasil: Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Org.). – Brasília: MDA, 2008. 240 p.22-37. (Nead Debate; 14).

CARLOS, Milani. **Teorias do Capital Social: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil); Projeto de Pesquisa: Capital Social, participação e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia (2002-2005)**. IV Conferência Regional ISTR – LAC. San José, Costa Rica, outubro de 2003, p.30.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo. **LOLA press**, Nº 16, p. 6, nov. 2001. Disponível

em<:http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&itrmid=56&func=fileinfo&id=>. Acesso em: jan. 2015.

CARVALHO, José Maurilio de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2. p.14, (recebido para publicação em outubro de 1996), 1997.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. Maria Suely Kofes Almeida [et. a/]. Colcha de Retalhos, São Paulo: Brasiliense, p.13-36, 1982.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B.; PASSOS, E. Caderno de Apoio I - **O enfoque de gênero no Pró-Gavião**. Seminário. Vitória da Conquista, p.35, 2000. Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Caderno de texto. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/textosapoio1.pdf>>. 07 maio 2014.

CRESNSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 15 a 18 de outubro, 2013, Santo Domingo, República Dominicana. Declaração Final. Políticas para as mulheres rurais: autonomia econômica, garantia de direitos e luta contra a fome” ONU (FAO), p.03. Disponível em: <<http://www.cepal.org/12conferenciamujer/default.asp?idioma=Pr>>. Aceso em: 21 nov. 2014.

DESLANDE, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 32ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DOS SANTOS, Jucélia Bispo. Colonização do Sertão da Bahia e Formação de Quilombos em Irará. Especial - Afro-Brasileiros: Construindo e Reconstruindo os Rumos da História. **Revista África e Africanidades**, Ano 2 - n. 7 - nov. 2009.

ESTATUTO da associação das produtoras artesanais do Retiro Coração de Maria, 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos; SOARES, Vera: **Políticas Públicas de Gênero.** Tatu Godinho; Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan. /abr. 2004.

FORO, Carmen Helena Ferreira; NOVAES, Maria de Lourdes; SANTOS, Graciete; **Transformações nas Relações de Trabalho e Cidadania no Campo: Produção, Reprodução e Sexualidade.**In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; COSTA, Ana Alice Alcântara; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SOARES, Vera Lúcia (Org.) – São Paulo. CUT/BR. 2007.p. 205.

FREYRE, Gilberto de Melo. **Casa-grande & senzala.** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 3-87.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Rev. Ciênc. Sociais**, 47.4, p. 799-834, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GUÉRIN, Isabele. **As Mulheres e a Economia solidária.** Tradução Nicolas Nyimi Companário, São Paulo: Loyola, 2005.

GUÉRIN, **Introdução Geral.** In: As Mulheres e a Economia Solidária. São Paulo: Loyola, p.11-221, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro (Trad.) – 11. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEREDIA, Beatriz M.A; CINTRÃO, Rosângela P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Revista Nera, Nº. 08 (p. 1- 28) Rio de Janeiro, 2006.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações de divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p.595 – 609, set /dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. 2014. **Censo demográfico de 2014**. Brasília: IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

LEMOS, Maria Edny Silva. **O ARTESANATO COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO E RENDA**: subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.mappufc.br/images/disserta%C3%B5es/2011/MARIA-EDNY-SILVA-LEMOS.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 1997.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago. 2004.

MENDES, Luís Carlos Simões; II Parte o Histórico Recordações Preciosas sobre os primórdios do nosso Retiro. Caderno de Recordações. Retiro, nov. de 2000, p.21.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), 2012, Rio de Janeiro. **Conferências...** O futuro que as mulheres querem: uma visão do desenvolvimento sustentável para todos. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecon_onu/pdfs/futuro.pdf>. Acesso em: jan 2015.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Mulheres representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas**. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/mulheres-representam-ate-70-da-forca-de-trabalho-rural-emeconomiasagricolas-afirma-oit/>>. Acesso em: 21 set. 2014.

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. **Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade**. In: RIAL, Carmem; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silva M. F. (org.).. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, p.428, 2010.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - 4ª Ed. - Brasília: Ipea, p.39, 2011.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Luana Pinheiro... [et al.]. - 3ª ed. Brasília: Ipea, SPM; UNIFEM, p.36, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth B. **Posfácio**: conceituando gênero. In: - MUÑOZ - VARGAS. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa Tempus: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994, p. 271-283.

SANTOS, G. G. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. RECIFE: **Casa da Mulher do Nordeste**, Recife, 2009. <Disponível em: http://www.fbes.org.br/biblioteca22/economia_feminista_um_encontro_poss%EDvel>. Acesso em: 02 jun.2014.

SARDENBERG, C.; MACEDO, M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M. (org.). **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: NEIM/UFBA, v. 1, p. 9-27. 2008.

_____. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 07 maio 2014.

_____. Gênero e desenvolvimento rural. Texto elaborado para Manual do PAGE – Programa de Assessoria em Gênero do Projeto Pró-Gavião. Bahia: CAR/SEPLANTEC, 1997.

SCHIOCHET, Valmor. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. BENINI, Édi [et al]. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. **Outras Expressões**, São Paulo, v. 2, 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO. P. R., **O Progresso das Mulheres Rurais**. In. BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.), **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, p.186-229, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo**. Disponível em [http://www.socioeco.org/bdf.Documentos de análises/workingpaper/artículos 2013](http://www.socioeco.org/bdf.Documentos%20de%20an%C3%A1lises/workingpaper/art%C3%ADculos%202013)>. Acesso em: 02 fev.2015.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: “classe”, “raça”, “sexo” e “sexualidade”. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Estudos feministas**, v. 14, n. 1, p. 15-42, 2006.

STROMQUIST, Nelly P. “Education as a means for empowering women”. In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), **Rethinking empowerment: gender and development inaglobal/local world**. London: Routledge, p. 22-38, 2002.

TEODÓSIO, A. S. S.; MUNDIM, F. L. C. **Relações de gênero e economia popular solidária: análise de um caso em um assentamento rural**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional. 10 (2), 278-296, abr. 2011.

WRIGHT, S.J. "Empowerment": modismo caminho de transformação das relações sociais? **Posicionamento: Revista do Curso de Administração das Faculdades de Vitória.** Vitória do Espírito Santo, v.1, p.154, 2003.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: Velho, G. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.121-132,1987.

VILASBOAS, J.P.D.O. O trabalho associativo em economia solidária na ótica do **gênero.** In: NUNES. J. H; FREITAS R. A. (Org.). **Trabalho e Gênero: Entre a solidariedade e a desigualdade,** Goiana: Editora da PUC Goiás, p.258, 2011.

Vida Maria. Direção: Márcio Ramos. Produção: Ceará. Curta-metragem em 3D, de 2006, gênero: animação, colorido, 9 minutos. Disponível em: PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online: Mais de 1000 cursos online com certificado. <<http://www.portaleducacao.com.br/cotidiano/artigos/48818/sintese-do-filme-vida-maria-com-o-planejamento-educacional#ixzz3mcMvJvxg>> Acesso em jun. de 2014.

Câmara Municipal de Feira de Santana.

<<http://www.camarafeiradesantana.ba.gov.br/historia/historia-cidade/historia-de-feira-de-santana>>. Acesso em nov. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=290890&search=bahia%7Ccoracao-de-maria%7Cinfograficos:-historico>>. Acesso em out. 2014

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291080&search=bahia|feira-de-santana|infograficos:-historico>>. Acesso out. 2014

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/pronaf>>. Acesso em out. 2014.

Ministério do Desenvolvimento Agrário.

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/articula%C3%A7%C3%A3o-internacional.>>. Acesso set. 2014.

ONU MULHERES. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/onu-pede-estrategias-sistematicas-para-empoderar-as-mulheres-nas-zonas-rurais/print/>> Acesso set. 2014.

APÊNDICE A – Roteiro para Orientação do Trabalho de Campo

TEMA: Entre fuxico, crochê e biscuit: A Construção do Empoderamento das Mulheres Rurais do Centro de Cultura Retireense. Retiro - Coração de Maria/BA.

AUTORA: Tatiane Silva Cerqueira Santos

Pesquisa qualitativa para monografia.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Estado civil:
Endereço/Comunidade:	Escolaridade:
Idade:	Profissão:
Religião/crença:	Filhas (os):
Cor/etnia:	

II. INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa servirá como base para a redação do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia), que é requisito para aprovação e formatura na graduação do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia. O trabalho acadêmico visa compreender a trajetórias e experiências vividas por grupo de mulheres em organização produtiva no distrito de Retiro zona rural do município de Coração de Maria Bahia.

II. QUESTÕES NORTEADORAS

- 1 - Quando foi criado o centro Cultural de Mulheres Retireense?
- 2 - Quais as motivações para criação do Centro Cultural de Mulheres?
- 3 - Qual o objetivo da associação?
- 4 - Quais mudanças foram proporcionadas com a criação do Centro Cultural de Mulheres?
- 5 - Quais as dificuldades encontradas para criação e manutenção do Centro?
- 6 - Quais os benefícios que associação oferece?
- 7 - Qual a relação do centro cultural de mulheres com a comunidade de Retiro?

- 8 - Qual a reação dos companheiros em relação ao trabalho das mulheres desenvolvidos fora de casa?
- 9 - Quais as mudanças que a organização de mulheres proporcionou para o espaço familiar?
- 10 - As mulheres que participam da associação são residentes da mesma comunidade?
- 11 - Qual a relação do público e privado já que antes os trabalhos eram voltados mais para atividades domésticas?
- 12 - Qual a relação da associação com o sindicato rural?
- 13 - O grupo de mulheres receberam orientações para organização desse tipo de trabalho associativo, como oficinas, treinamento apoio de instituição local, assessoria técnica, com políticas voltadas para desenvolvimento das mulheres rurais?
- 14 - Quais os pontos positivos e negativos dessa organização de trabalho? Os obstáculos enfrentados?
- 15 - Qual a relação com a comunidade e a organização?
- 16 - Os gestores locais incentivam a organização de trabalho?
- 17 - O espaço é apenas para mulheres?
- 18 - Quais as expectativas futuras?
- 19 - Conhecem o Plano de Políticas para Mulheres? Já ouviu falar sobre?
- 20 - Quais os tipos de programas do governo que vocês conhecem? E recebem auxílio?
- 21 - Tem algo mais para acrescentar?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Tatiane Cerqueira estou realizando uma pesquisa monográfica sobre as mulheres participantes do Centro de Cultura de Mulheres Retirenses, localizado no distrito de Retiro zona rural do município de Coração de Maria Bahia. Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a) dessa pesquisa acadêmica. Após estar ciente das informações que seguem, assine ao final deste documento caso aceite fazer parte do estudo. Este termo estará em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

Informações sobre a Pesquisa: Esta pesquisa servirá como base para a redação da monografia para o Trabalho de Conclusão de Curso, que é requisito para aprovação e formatura no curso de graduação Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia.

Título do Projeto de Monografia: Entre fuxico, crochê e biscuit: A Construção do Empoderamento das Mulheres Rurais do Centro de Cultura Retirenses (2011- 2014). Retiro - Coração de Maria/BA.

Pesquisadora Responsável: Pesquisadora/Orientadora: Mariângela Nascimento (orientadora monografia II) e Sônia Jay Wright (orientadora monografia I.)
Telefone para contato: (71) 8756-5908

E-mails para contato: mariangelanascimento@yahoo.com.br, wri2sonia@hotmail.com e tatyane_cerqueira@hotmail.com

Pesquisadoras Participantes: Mariângela Nascimento e Tatiane Cerqueira

Nesta pesquisa propomos investigar as mulheres participantes do Centro de Cultura das Mulheres Retirenses, na zona rural do distrito de Retiro no município de Coração de Maria Bahia. O Nosso objetivo é compreender as trajetórias e experiências da organização produtiva de mulheres. Para tanto, utilizaremos metodologia qualitativa de pesquisa, por meio da qual faremos entrevistas bem como observaremos a rotina das/os participantes com a finalidade de obter dados que constituirão o corpo de análise. As informações colhidas mediante anotações serão utilizadas sob propósito acadêmico e para fins de consulta e argumentação nessa pesquisa. Asseguramos o completo anonimato das/os participantes com o intuito de proteção das suas identidades. Ao participar deste estudo você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua colaboração, ficando as informações cedidas de sua inteira responsabilidade.

Tatiane Silva Cerqueira Santos (pesquisadora)

Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito

Ao concordar com esse termo, estou ciente de que fui informado (a) de forma clara e detalhada dos objetivos e da justificativa do presente projeto de pesquisa. Tenho conhecimento que receberei respostas a qualquer dúvida sobre os procedimentos relacionados com a pesquisa.

Entendo que não serei identificado e que meus dados de identificação se manterão sob acesso restrito das pesquisadoras, sendo informações por mim prestadas de caráter confidencial. Concordo em participar deste estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente desta pesquisa, a utilização das informações obtidas.

Eu, _____, RG _____
concordo com a minha participação neste estudo, como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo.

Salvador, ____/____/____

Nome do Participante: _____

Assinatura: _____

ANEXO A – Estatuto da associação das produtoras artesanais do Retiro- APAR

Capítulo I

Denominação, Sede, Finalidade e Duração:

Art.1º- A Associação das Produtoras Artesanais do Retiro, com sede na Praça Padre Caetano de Aragão nº 201, Bairro, Centro Retiro distrito de Coração de Maria Bahia CEP: 44250-000, Associação Civil sem fins econômicos e lucro, políticos, partidários, religiosos e com personalidade jurídica própria e distinta das de seus associados e com prazo indeterminado de duração.

Art. 2º- A Associação das Produtoras Artesanais do Retiro tem por finalidade:

- a) Promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores, através de iniciativa artesanais, reciclagens diversas, bem como e desenvolvimento de cursos nesta área, e cultivo da Agricultura Familiar das Comunidades;
- b) Representar a associação junto aos poderes constituídos;
- c) Promover e contribuir para o desenvolvimento humano, agrícola, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade, sem distinção de cor, raça, religião e ou idade;
- d) Receber e administrar recursos financeiros, ou de qualquer espécie e de qualquer natureza, público ou privado, nacional ou internacional;
- e) Colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas da Comunidade, pleiteando as respectivas soluções.

- f) Desenvolver trabalho com a criança, adolescente e idoso proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida;
- g) Desenvolver cursos de artesanato e outros, de acordo a necessidade de capacitação das produtoras / os;
- h) Desenvolver atividades festivas, feiras artesanais e culturais;

Art.3º - A Associação poderá ser designada por uma Sigla, sendo a entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores da Região por ela representada.

Art.4º - Serão admitidos no quadro social, a critério da diretoria todos os moradores homens e mulheres, proprietários ou não de imóveis situados dentro da área da abrangência sem limitações de área podendo atuar em conforme o mapa oficial do Município.

Capítulo II

Da Classificação, dos Deveres e dos Direitos dos Associados.

Art.5º - A Associação, contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 16 (dezesesseis) anos, distinguidos em quatro categorias:

- a) Associados Fundadores: os que ajudaram na fundação da Associação;
- b) Associados Beneméritos: os que contribuem com donativos e doações;
- c) Associados Beneficiados: os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade;
- d) Associados Contribuintes: os que contribuem mensalmente.

Parágrafo único - São associados artesões e agricultores familiares de áreas afins.

Capítulo III

Art.6º - São Deveres dos Associados

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;

- c) Zelar pelo nome da Associação;
- d) Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- e) Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- f) Comparecer por ocasião das eleições;
- g) Votar por ocasião das eleições;
- h) Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.

Parágrafo único - É dever do associado contribuinte, honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Art.7º - São direitos somente dos associados quites com suas obrigações sociais:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;

- b) Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto;

c) Recorrer à Assembléia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho Fiscal;

CAPÍTULO IV

Da admissão, da Demissão, da exclusão dos associados.

Art.8º - A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado devera preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

a) Apresentar a cédula de identidade, e no caso de menor de dezesseis anos, autorização dos pais ou responsáveis;

b) Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;

c) Ter idoneidade moral e reputação ilibada;

d) Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

e) Possui características com as áreas afins, e cumpri com os objetivos desse estatuto.

Art.9º - É direito de o associado demitir-se quando julgar necessário, protocolando junto a Secretária da Associação seu pedido de demissão.

Art.10º- A exclusão do associado se dará nas seguintes questões;

a) Grave violação do estatuto;

b) Difamar a Associação, seus membros, associados ou objetos;

c) Atividades que contrariem decisões de Assembléias;

d) Desvio dos bons costumes;

- f) Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- g) Falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas;
- h) O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu debito junto à tesouraria da Associação.

Parágrafo único - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, cabendo sempre recurso a Assembléia Geral.

Capitulo V

Estrutura e competência dos Órgãos que administram a Associação

Art.11º - A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral
- b) Conselho Fiscal
- c) Diretoria Executiva

Art.12º - À Diretoria compete zelar pelos interesses da Associação, e será composta dos seguintes cargos;

- Presidente;
- Secretário;
- Tesoureiro;
- Conselho Fiscal.

Art.13º - Compete à Diretoria:

- a) Criar departamentos ou comissões quantas forem necessárias para o desenvolvimento do trabalho junto à comunidade.
- b) Os cargos acima referidos, segundo as necessidades da Comunidade, serão ocupados por associados indicados pela diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

- c)** Resolver os casos omissos e propor à Assembleia Geral as modificações que se fizerem necessárias no Estatuto.
- d)** Os cargos da diretoria serão providos por Associados residentes na área determinada por este estatuto.
- f)** Convocar a Assembleia Geral Ordinária uma vez por ano, com convocação no prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência para prestação de contas e apresentação do relatório de atividades.
- g)** Convocar a Assembleia Geral Extraordinária quando necessário para resolver casos omissos, para reformulação do Estatuto, ou substituição de cargos, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- h)** Ficará a critério da diretoria a fixação de uma taxa em dinheiro para a utilização da sede para fins particulares dos associados, desde que não tenha fins lucrativos para o usuário, nem que envolva a Associação em entidades que contrariam o estatuto.
- i)** Apresentar balanço das atividades realizadas em seu mandato, por ocasião da transmissão de cargos.
- j)** Comunicar por escrito o afastamento de membros da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, no prazo mínimo de 7 dias, solicitando sua substituição Legal.
- k)** Convocar a Assembleia Geral sempre que houver necessidades.

Art.14º - Compete ao presidente:

- a)** Convocar, presidir e encerrar as sessões da diretoria e Assembléia Geral;
- b)** Anunciar a ordem do dia e os assuntos a discutir
- c)** Procurar por todos os meios fazer discutir os assuntos não passando a outro sem ser o anterior aprovado ou não.
- d)** Conceder, negar ou retirar a palavra do Associado que desviar o assunto em pauta ou pretender tumultuar a sessão.
- e)** Zelar pela fiel execução, do estatuto, regulamentos e resoluções aprovadas;
- f)** Providenciar para que todos os cargos efetivos e de confiança estejam preenchidos;
- g)** Assinar todas as autorizações de gastos, retiradas bancárias, recibos e correspondências da Associação;

- h) Rubricar todos os livros da Associação;
- i) Representar a Associação, ou fazer-se representar em todas as solenidades a que for convidado.
- j) Solucionar os casos de urgência submetendo-os a aprovação da diretoria;
- l) Apresentar anualmente à Assembléia Geral, relatórios das atividades e prestações de contas;
- m) Convocar o conselho fiscal quando julgar necessário.
- n) Representar, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente a entidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao Vice-presidente compete substituir o presidente em seus impedimentos e assessorá-lo em todas as realizações.

Art.15º-Compete ao 1º Secretário:

- a) Substituir a Vice-presidente nos seus impedimentos
- b) Ter sob guarda e responsabilidade todos os livros da Associação, exceto os que estiverem em uso da Tesouraria;
- c). Secretariar e redigir as atas de todas as reuniões de diretoria, da Assembléia Geral e de todas as Reuniões apresentando-as ao final, para que sejam apreciadas, aprovadas ou não;
- d) Ler nas reuniões da diretoria toda a correspondência enviada e recebida pela Associação;
- e) Redigir a correspondência solicitada pelos Associados fornecendo os dados respectivos;
- f) Assinar com o presidente as correspondências da Associação, quando necessário;
- g) Oficializar no prazo de 48 horas aos associados que forem desligados, suspensos ou nomeados para qualquer cargo ou comissão;
- h) Entregar a secretaria a seu sucessor com minucioso relatório e inventário de tudo quanto pertencer à mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao 2º secretário, substituir o 1º secretario nos seus impedimentos e auxiliá-lo em todas as atividades afins.

Art.16º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade o Patrimônio da Associação
- b) Arrecadar fundos, e contribuições e demais rendas da Associação, assinando os respectivos recibos;
- c) Assinar com o presidente, os cheques e demais papéis relativos ao movimento de valores;
- d) Ter sob sua guarda o livro caixa
- e) Elaborar o Balanço anual e os inventários patrimoniais
- f) Fazer os pagamentos autorizados pela diretoria
- g) Apresentar anualmente ou em caráter extraordinário os documentos hábeis para a presidência da Associação;

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao 2º tesoureiro substituir o 1º tesoureiro nos seus impedimentos e auxiliá-lo em todas as atividades afins.

Art.16º - O Executivo da Associação será composto de 05 (cinco) membros, tendo um presidente e um Vice-presidente, todos eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria Executiva, e com igual tempo de gestão.

Art.17º - O Conselho Fiscal tem o encargo de:

- a) Examinar os balancetes bem como o balanço anual e emitir pareceres a respeito;
- b) Fiscalizar os atos da diretoria e da tesouraria
- c) Estudar e opinar sobre a situação financeira da Associação;
- d) Reunir-se bimestralmente em caráter ordinário e extraordinário por convocação de seu presidente, da diretoria ou por solicitação da maioria simples de seus membros;
- e) As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro atas;
- f) Se o Conselho Fiscal não der cumprimento as suas obrigações a diretoria poderá tomar as providências cabíveis;
- g) Ao presidente do Conselho Fiscal cabe escolher um secretário entre seus membros;

Art.18º - A Assembléia é o órgão soberano da Associação e compõe-se de todos os Associados, em gozo dos seus direitos estatutários, sendo soberana em suas decisões.

Art.19º - À Assembléia Geral Compete:

- a) Cumprir o que prescreve este estatuto;
- b) Reformar o estatuto sem alterar as finalidades principais da Associação;
- c) Resolver quaisquer dúvidas que possam surgir na interpretação dos artigos, letras ou parágrafos deste estatuto, bem como os casos omissos;

Art.20º - A Assembléia Geral será convocada: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV do Código Civil é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

1º - Ordinária:

- a) Será realizada a Assembléia Geral Ordinária uma vez por ano, com convocação no prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência para prestação de contas e apresentação do relatório de atividades por determinação do presidente ou seu substitutivo Legal, em editais fixados fora da Associação, para conhecimento geral da Comunidade;

2º - Extraordinária:

- a) Será realizada a Assembléias Geral Extraordinária quando necessário para resolver casos omissos, para reformulação do Estatuto, ou substituição de cargos, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- b) Para resolver em grau de recursos os casos de suspensão e expulsão.
- c) Nos editais deverão constar além do local e hora, os motivos que determinam à convocação da Assembléia. Não podendo esta deliberar sobre assunto que não constem do edital respectivo.

Capítulo VI

Das Eleições

Art.21º - Os critérios e normas da eleição serão formulados pela comissão eleitoral e aprovados em Assembléia Geral, convocada especialmente para tal fim.

Art.22º - As eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal serão realizadas a cada **02 (dois)** anos em Assembléia Geral Ordinária, sempre por voto secreto, ou por aclamação, caso não haja concorrentes. Sendo permitida à reeleição total ou parcial dos membros.

Art.23º - Todos os associados com maioria civil, quites com suas obrigações estatutárias poderão ser candidatos a cargo eletivo.

Art.24º - A entrega de chapas para a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, deverá ser apresentadas na Assembléia convocada especificamente para este fim.

Capítulo VII

Dos Departamentos ou Comissões

Art.25º - A Associação poderá permitir a criação de departamentos ou comissões filiadas a ela, visando aprimorar o atendimento das suas finalidades, conforme as necessidades sentidas.

Art.26º - Os diretores ou coordenadores dos departamentos ou comissões serão indicados pela diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art.27º - Os departamentos ou comissões serão cargos de confiança do presidente da Associação.

Capítulo VIII

Dos Bens Patrimoniais e dos Recursos

Art.28º - O Patrimônio da Associação é constituído:

- a) Dos bens móveis e imóveis que possui e vier possuir;

- b) Das contribuições dos associados
- c) Das subvenções, legados, donativos e outros;
- d) Das vendas patrimoniais;
- d) Dos resultados das atividades sociais.

Art.29º - Os saldos apurados no fim de cada exercício serão depositados em Conta Bancária, e poderão ser aplicados a critério da Assembleia Geral.

Capítulo IX

Da reforma estatutária e da dissolução

Da reforma Estatutária

Art.30º - O presente Estatuto poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes quites com suas obrigações sociais, nos termos da Lei.

Da dissolução

Art.31º - A Associação poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, composta de associados quites com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes, e obedecendo aos seguintes requisitos:

- a) em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados;
- b) em segunda chamada, meia hora após a primeira, com um terço dos associados;

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados à outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, com sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos Órgãos Públicos.

Capítulo X

Das Disposições Gerais

Art.32º - No caso de demissão Coletiva da Diretoria executiva assumirá a direção da Associação, a Federação a qual ela for filiada e que convocará Assembléia Geral para eleição da Nova diretoria no prazo de 30 dias.

Art.33º - Qualquer um dos cargos que vagarem por qualquer tempo serão providos por nomeação da diretoria Executiva, referendados pela Assembléia Geral.

Art.34º - A Associação é representada judicial ou extrajudicialmente ativa e passivamente por seu presidente ou substituto legal.

Art.35º - Nenhum membro da Associação, ou associado, responderá por qualquer dívida da entidade, nem mesmo subsidiariamente, exceto presidente e tesoureiro, na forma da Lei, restrita, tal responsabilidade às disposições do presente estatuto.

Art.36º - Os nomes dos Associados fundadores são constantes no livro de atas

Art.37º - Para que a Associação seja dissolvida, é necessário que votem à maioria absoluta dos associados, em pleno gozo de seus direitos sociais, por Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

Art.38º - Em caso de dissolução da Associação, o voto do presidente e levado em consideração com os demais associados.

Art.39º - Durante o termo de posse para a passagem de poderes, deverão ser apresentados os demonstrativos gerais da tesouraria e um relatório da gestão finda.

Art.40º - Todos os Associados terão acesso ao Estatuto da Associação.

Art.41º - Poderá a Associação promover sessões festivas, sem beneficiar a qualquer dirigente.

Art.42º - Qualquer membro da diretoria ou Conselho Fiscal que deixar de comparecer por Três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, sem justificar por escrito sua ausência será substituído em seu cargo.

Capítulo XI

Das Disposições transitórias

Art.43º - As medidas transitórias que se fizerem necessárias serão tomadas pela diretoria e pelo Conselho Fiscal, conforme o caso devendo, os avisos serem fixados no quadro respectivo em local visível, até novas disposições as revogarem.

Art.44º - A Entidade aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Art.45º - A Entidade não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou títulos, a seus diretores, conselheiros, associados, instituídos, benfeitores ou equivalente.

Art.46º - A Entidade é sem fins econômicos e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art.47º - O Presente estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral, revogando-se as disposições em contrário.

Data _____ de _____ de _____

PRESIDENTE

ANEXO B – FOTOS

I. Imagens do município de Coração de Maria – BA.



Distrito de Retiro – Coração de Maria
Foto retirada do site: www.cidade-brasil.com.br



Cidade de Coração de Maria – BA.
Fonte: <http://www.bahianapolitica.com.br>

II. Imagens do Centro de Cultura das Mulheres Retirenses – Atualmente, Associação das Produtoras Artesanais de Retiro/Coração de Maria - BA.



Sede da Associação das Produtoras Artesanais de Retiro/Coração de Maria-Bahia.



Mural no Centro de Cultura das Mulheres Retirenses.

III. Feira solidária realizada pela organização de Mulheres em Retiro (11/2012)



IV. Palestra sobre “Autonomia da Mulher” com a Professora Sônia Jay organizada por mim e pela colega Joselita Santana (17/12/ 2012).



V. 3ª Feira de Artesanato do Centro de Cultura das Mulheres (03/11/2013).



VI. 4ª Feira Solidária de Artesanato e Culinária do Grupo de Mulheres Retireense (18/11/2014).



VII. Cartaz confeccionado para anunciar a 3ª Feira de Mulheres da Associação das Produtoras Artesanais de Retiro/Coração de Maria- BA.

